



**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE TURISMO DO
POLO COSTA BRANCA DO ESTADO DO RIO GRANDE
DO NORTE
2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

DATA: 02.06.2011

LOCAL: Hotel Costa Atlântico – Praia de Upanema- Areia Branca - Rio Grande do Norte

PAUTA: Abertura da Reunião; Apresentação do PDITS e Avaliação Ambiental Estratégica para validação dos Conselheiros e outros assuntos.

PARTICIPANTES:

Representante do Secretário Estadual de Turismo e Representante do Presidente do Conselho de Turismo do Polo Costa Branca, Sânzia Ferreira Cavalcanti; Secretário Executivo do Conselho do Polo Costa Branca e Prefeito do Município de Areia Branca, Manoel Cunha Neto; Assessora da Secretaria de Turismo de Guimarães, Rosângela de Moraes Freire; Representante do Município de Galinhos, Chesma Alves Marinho; Prefeito do Município de São Bento do Norte, Luiz Lucas Alves Júnior; Gerente Executivo de Turismo do Município de Mossoró, Sílvio Mendes Júnior; Secretária Executiva do Município de Porto do Mangue, Illana Raissa Costa Câmara; Representante do Município de Pendências, José Hermógenes Araújo de Medeiros; Representante do Município de Carnaubais, Carlos Augusto da Silva; Gerente do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, Glauco Carvalho Coutinho; Representante do Sindicato de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares, João Sabino de Moura; Representante da ACIM – Associação Comercial e Industrial de Mossoró, Antonio Jales de Miranda; Representante do SEBRAE, Robson Lopes Matos; Chefe do Departamento de Turismo da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Roberto Rangel Pereira; Presidente da Cooperativa de Turismo – COOPTUR, José Rodrigues da Costa; Representante do Banco do Nordeste do Brasil – BNB, Eliézio Bezerra da Silva; Representante da UFRSA – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira; Representante do IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, Maria Guilhermina Pacheco Cavalcante; Representante da SPU – Secretaria do Patrimônio da União, Yeda Cunha de Medeiros Pereira.

Dando início à segunda Reunião Extraordinária do Conselho do Polo Costa Branca, realizada no dia dois de junho de dois mil e onze, as nove e trinta, no Hotel Costa Atlântico, Praia de Upanema em Areia Branca, Rio Grande do Norte, e após verificação do quorum regimental, o Secretário Executivo do Polo Costa Branca e Prefeito do Município de Areia Branca o Senhor Manoel Cunha Neto “Souza” dá início a reunião desejando boas vindas a todos e informa que a Secretaria Executiva foi informada pela SETUR da necessidade de marcar uma reunião extraordinária do Conselho para apresentação e aprovação do PDITS e Avaliação Ambiental Estratégica, onde tal reunião seria específica para a apresentação de todo o plano para a apreciação de todos os Conselheiros. Em seguida o Senhor Souza passa a palavra para a representante do Secretário de Turismo do Estado e Representante do Presidente do Conselho de Turismo do Polo Costa Branca, a Senhora Sânzia Ferreira Cavalcanti, que deseja bom

dia a todos e informa que o Senhor Ramzi Elali Secretário de Turismo do Estado está em Natal não podendo comparecer a essa reunião e diz que será apresentado o PDITS – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Costa Branca, onde a mesma informa que tal plano foi construído através de um processo bem participativo, desde março de dois mil e nove em reuniões neste Fórum, está sendo ao final de cada etapa, apresentado e validado pelos Senhores, por exemplo, em vinte e quatro de março de dois mil e nove foi apresentado e validado o plano de trabalho, em junho de dois mil e nove foi validado o diagnóstico estratégico, em agosto foram validadas as estratégias de desenvolvimento turístico do plano de ação, e em março do ano passado foi apresentado e validado a versão executiva preliminar do PDITS. Então após a elaboração dessa versão preliminar, o documento foi enviado ao Ministério do Turismo, onde foram sugeridas algumas modificações e também por recomendação do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento onde contratamos a elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica para fazer parte integrante do PDITS. Hoje finalmente estaremos apresentando a versão final para validação, já apresentamos e já foram validados os PDITS dos Polos Costa das Dunas e Seridó, então falta somente o Costa Branca. Estamos na presença da Técnica do Ministério do Turismo a Senhora Luciana Guimarães, onde em seguida passa a palavra para ela. A Técnica do Ministério do Turismo a Senhora Luciana Guimarães deseja bom dia a todos e diz que está representando o Ministério do Turismo com o objetivo de fiscalizar esse convênio, informa que também acompanhou a Avaliação Ambiental Estratégica do PDITS onde agradece a presença de todos e a receptividade, encerrando sua participação. Em seguida a Senhora Sânzia Cavalcanti informa que o PDITS é um instrumento de participação que irá facilitar a execução das ações previstas no PRODETUR Nacional. Onde estamos com a recomendação da COFLEX que será expirada em onze de julho, daí a necessidade dessa reunião extraordinária, e agradece a presença de todos e com isso é possível validar o PDITS e cumprir mais uma condição para que se assine o PRODETUR Nacional, após, convida a Diretora da Empresa Start e Pesquisa a Senhora Keila Brandão para fazer a apresentação do PDITS, onde Keila e Amanda irão apresentar o PDITS e em seguida a Senhora Josenita irá apresentar a Avaliação Ambiental Estratégica e depois abriremos para discussão. A Senhora Keila Brandão deseja bom dia a todos e diz que é com muita satisfação que após dois anos de trabalho, bastante participativo, estamos trazendo para os Senhores a Versão Final do PDITS e complementa que é um grande desafio trabalhar, e quem trabalhou conosco sabe disso, trabalhar a região turística Costa Branca. Porque o próprio mapa, a configuração do mapa dar para perceber que é uma região que tem bastante heterogeneidade tanto nos recursos, atrativos, produtos, o tipo de oferta, o tipo de turismo que desenvolve, e além do mais é uma região que tem um município que é separado dos demais municípios, então isso foi um desafio muito grande para todos nós, tentamos dar um foco de região turística a essa região tão heterogênea e como foi dito anteriormente, estamos aqui há dois anos, o contrato foi assinado em dezembro e nós iniciamos o trabalho em março, todo o cronograma está aí, como todas as validações que nós submetemos e também cada etapa. Nesse período trabalhamos não só o PDITS do Costa Branca, como também, o PDITS do Costa das Dunas e do Seridó. Então aquele tempo inicialmente previsto que eram sete meses, foi impossível, primeiro porque o processo participativo ele consumiu muito tempo, porque eram muitas exigências e a gente discutiu exaustivamente cada etapa, pois é uma construção coletiva, vocês irão ver os resultados desse trabalho, é um resultado do desejo, da ansiedade de cada um dos componentes do Polo Costa Branca, então o período mais difícil foi o período de consensuar a proposta final, porque estavam envolvidos diversos interesses, de vocês do próprio PRODETUR, onde tem um regulamento operacional e estabeleceu o termo de referência que tivemos que seguir, e as diretrizes do Banco Interamericano de Desenvolvimento porque as propostas de investimentos não podem fugir das diretrizes do Banco e tem o próprio Ministério do Turismo que toda a política tem que está afinada com a Política Nacional. Então, isso foi um exercício muito difícil de conciliar todos os interesses e trazer para vocês hoje essa proposta final. Além do mais tivemos um período de elei-

ção, onde sabemos que no Brasil a partir de julho se para. Então como metodologia nós elegemos quatro princípios básicos: primeiro princípio tem que ser um planejamento integrado voltado para descobrir mercados saber qual o perfil de turista que se quer trabalhar dentro de uma visão muito rápida porque quem irá definir isso de forma mais aprofundada vai ser o plano de marketing; segundo planejamento participativo porque não se podem pensar em ações e propostas sem ser com a participação de todos os entes envolvidos; terceiro princípio é o desenvolvimento sustentável que está presente hoje em qualquer plano que possa ser elaborado e o planejamento integrado, ou seja, procurar integrar as ações e todas aquelas propostas dentro de uma visão regional e deixar de lado aquela visão municipal, pois o plano não tem essa visão de contemplar somente um município, e sim os municípios que compõem o Polo Costa Branca. Então vamos prestar conta aos Senhores do processo participativo e lembrar como foi feito durante esse período que estivemos juntos. Encaminhos assim um link contendo o PDITS para que os Senhores avaliassem com antecedência para podermos hoje fazer uma discussão bastante rica do plano. Espero que vocês tenham recebido e tenham lido são trezentas e poucas páginas estruturadas da seguinte forma: a introdução que mostra todo o trabalho, a justificativa da seleção da área turística que é uma exigência, onde a área turística Costa Branca foi criada através de um decreto, mais há uma exigência do Ministério do Turismo através de um termo de referência que a gente justificasse essa área, se essa área deve ser composta pelos municípios que foram criados ou se deve ter alguma alteração. Esse é o sentido de justificar essa seleção. Em seguida vem a formulação dos objetivos que é a primeira coisa em um planejamento, para onde ele vai; o que se quer com ele; então esse documento trás esses objetivos, tanto o geral quanto o específico, em seguida o diagnóstico estratégico da área das atividades turísticas, onde andamos em todos os municípios e chateamos muitas pessoas, porque não somente em nossa região, mais em nosso país temos uma ausência e uma precariedade de informações, muitas vezes temos uma informação mais não temos a série histórica daquela informação, as pessoas não tem uma memória do que se realiza, então é uma etapa muito difícil, e às vezes as pessoas não compreendem e apesar de todas as dificuldades colocamos todas as informações possíveis dentro do diagnóstico e fizemos uma análise dessas informações que estão no documento, porque o diagnóstico é a base de tudo, é o retrato o momento atual da situação em que a região vive dentro daquele período que foi em dois mil e nove, é possível que vocês achem que alguns dados eles estão desatualizados, e jamais poderá estar desatualizado em dois anos, quantas vezes trabalhamos em planejamento com dados do IBGE que é o único dado disponível de dois mil, então é uma base científica que a gente tem que trabalhar, mais os dados que estão aí foram dados de dois mil e nove coletados nesse ano, alguns dados que são secundários a gente coleta na fonte e no ano em que eles estão disponibilizados, a partir daí nós trabalhamos as estratégias e fizemos várias oficinas, definimos cenários, primeiro o cenário atual que foi definido pelo Senhores, depois aquilo que se esperava do Polo Costa Branca daqui a dez anos, então todos fizeram esse exercício, como queremos o Polo Costa Branca daqui a dez anos? Nesse documento tem o cenário atual e o cenário em desenvolvimento e com esse cenário nós pudemos estabelecer a matriz que todo mundo conhece, oportunidades, ameaças pontos fortes e pontos fracos, para que nós pudessemos chegar às macros estratégias e a partir delas definirmos as estratégias de cada componente que o regulamento operacional do PRODETUR estabelece que são cinco componentes: produto turístico; fortalecimento institucional, comercialização, infraestrutura e gestão ambiental, então nós debulhamos essas macros estratégias para cada um desses componentes e terminada essa etapa chegamos ao plano de ação. E de posse de todos esses dados e estudos identificamos vários atrativos, vários recursos na região, produtos turísticos, porém, tínhamos que pensar em não pulverizar as ações, porque a Costa Branca é uma região turística emergente, ela não está consolidada e algumas coisas estão em desenvolvimento mais na verdade é um Polo que ainda está nascendo e deve nascer dentro de todas as premissas da sustentabilidade porque o grande produto e atrativo dessa região como o próprio nome está di-

zendo é o seu litoral. Os seus recursos ambientais fantásticos e frágeis, tendo que serem preservados. Por isso, o principal desafio desse plano é conciliar a atividade turística com a preservação do meio ambiente e trazer para essa região um turismo diferente do Costa das Dunas, pois o turismo dessa região é massificado, aonde o turista chega e acha que tudo pode, onde acha que por estar pagando faz o que quer, esse é o turismo massivo de muitas pessoas, que não respeita as paisagens e temos vários problemas no Costa das Dunas exatamente porque foi esse tipo de turismo que se consolidou nessa região e que hoje estamos correndo atrás para corrigir grandes problemas que temos lá. Para o Polo Costa Branca pensamos com vocês de forma diferente, temos um litoral riquíssimo como as Dunas do Rosado disputada por dois municípios, mangues, salinas, dunas, praias, ou seja, vários recursos e o turismo irá se apropriar dele mais não pode ser numa perspectiva de acabar e sim de forma sustentável e foi assim que foi definido. O plano de ação que iremos detalhar foi definido para o projeto com um todo, ou seja, para o destino Costa Branca, privilegiando o litoral da região pensando num turismo de pequenos grupos de contemplação de paisagens e tranquilidade, diferente do Costa das Dunas, porque o portão de entrada do turismo no Rio Grande do Norte é Natal, então o turista chegando a Natal ele tem duas opções: fazer turismo no Costa das Dunas que todo mundo conhece ou fazer um turismo mais tranquilo que é o Costa Branca e dentro dele temos um município que já é exemplo porque grupos já chegam com esse objetivo para esse tipo de experiência que é o município de Galinhos que já tem um determinado fluxo e a partir dessas experiências queremos transbordar essa experiência para os demais municípios do litoral do Costa Branca. Além dos municípios do litoral temos outros que eles vão entrar no plano como atividades complementadas, não estão fora do Costa Branca, mais podem complementar essas atividades porque não se pode desenvolver uma região turística atirando para todos os lados, então isso foi pensado e pactuado e que hoje estamos trazendo esse plano de ação e dentro dele houve uma seleção desses procedimentos, ações e projetos e finalmente como todo planejamento deve ter mecanismos de como acompanhar e monitorar esse plano e tudo isso com compromisso para assim saber como iremos medir esses resultados. A Senhora Keila Brandão enfatiza que o primeiro plano de desafio foi o que fazer do Costa Branca com dezessete municípios onde uns tem recursos naturais, outros não possuem turismo nenhum e nem interesse porque as reuniões que participamos aqui nem todos estão presentes. Quando pedíamos informações nem todos disponibilizavam, mais adotamos um critério comum para os três Polos, conclui a Senhora Keila Brandão. Em seguida o Presidente da Cooperativa de Turismo – COOPTUR, José Rodrigues da Costa interfere e diz que três municípios estão interessados em participar do Costa Branca, então o mesmo pergunta se há condições desses municípios se agregarem ao Polo. E Senhora Keila Brandão o informa que quem poderá responder é o próprio Conselho porque a mesma tem uma opinião técnica, mais o próprio Conselho tem a sua opinião sendo ele quem decide a exclusão e inclusão de municípios porque pelo que sabe em cada um desses Polos, depois que criados teve um decreto estabelecendo. Então quais foram as justificativas para a seleção de área turística: primeiro o posicionamento e hierarquização dos municípios na atual rede urbana do Polo, onde temos um Polo com municípios que possuem determinados serviços e infraestruturas e que nessa rede urbana foram identificados que existem dois municípios que possuem centralidade dentro do Polo, eles aglutinam dentro do Polo que é Mossoró e Assu. Quantidade e hierarquização dos atrativos e produtos turísticos quem leu o diagnóstico sabe que listamos todos os atrativos turísticos e os produtos turísticos, e às vezes reclamam da gente dizendo que não colocamos determinados atrativos. Somente colocamos atrativos aquele elemento ou recurso que tem valor turístico, não é o valor para meus olhos, pois posso olhar determinada paisagem e considerar como atrativo, porém se não tem valor turístico não pode ser configurado em um planejamento turístico como atrativo. Maior ou menor densidade e demanda turística para os atrativos essa é uma dificuldade tremenda que temos de medir, vai ao olhometro, porque nós não temos informações e estatísticas sobre a movimentação de turistas nos atrativos, então foi muito do olhometro de cada um de vo-

cês que passava essa informação para gente, como se frequenta muito ou pouco, enfim esse tipo de questão. É maior ou menor densidade nos processos de gestão para o turismo, como é que anda a gestão do turismo em cada um desses municípios? Sabemos que alguns municípios tem Secretaria de Turismo e que em geral são secretarias, alguns no período do PNMT criaram Conselhos, pensaram em criar o plano mais não criaram então tudo isso foi considerado, porque quando já possui uma gestão no município detectamos que já existe algum interesse na atividade turística. Infraestrutura e demais elementos socioeconômicos também foram considerados. A partir desses estudos e análises fizemos dois recortes, posso até não concordar com o primeiro, mais reafirmamos os dezessete municípios do Costa Branca, não sugerimos nenhuma saída e nenhuma entrada, ratificamos, mais identificamos que são situações diferenciadas, onde em alguns municípios o turismo está mais avançado, em outros menos, são situações diferenciadas, porém todos eles entraram integralmente no planejamento. No recorte dois, dentro do Polo Costa Branca, os dados revelam diversidades de situações nas quais em alguns municípios o turismo está em processo de consolidação com presença de atrativos em outros ainda é uma possibilidade pela inexistência de recursos. Então ficou hierarquizado nas seguintes categorias o Polo Costa Branca: no nível um que possui produtos consolidados: Mossoró. No nível dois, produtos diversificados em processo de consolidação e condições de transformação em novos produtos: Macau, Galinhos, Apodi e Areia Branca. Nível três em processo de desenvolvimento: Tibau, Grossos, Assu e Guamaré. Nível quatro início das atividades: São Bento do Norte, Caiçara do Norte, Carnaubais, São Rafael, Itajá, Pendências, Serra do Mel e Porto do Mangue. Em seguida definimos qual o objetivo do PDITS do Costa Branca, desenvolver o turismo nessa região a partir de pequenas escalas de operação e baixos efeitos impactantes dos investimentos locais em infraestrutura turística de modo a favorecer a conservação do meio ambiente e da rusticidade local num processo de valorização dos elementos naturais da paisagem e dos traços culturais das populações nativas como fundamento na atividade turística. Isso foi o que conseguimos extrair dos Senhores, onde vocês expressaram isso e nós traduzimos nesse objetivo do PDITS Costa Branca, conclui a Senhora Keila Brandão, passando a palavra para a Senhora Amanda Posenatto que explica sobre os objetivos específicos que seria um detalhamento do objetivo geral. De acordo com o anseio de cada participação e cada oficina e no resultado de cada processo participativo construímos junto com os Senhores: Contribuir para o fortalecimento da atividade turística no Estado através da estruturação de novos destinos e produtos turísticos para ampliar e diversificar a oferta; melhorar a competitividade dos produtos e destinos turísticos potiguares em nível regional, nacional e internacional; incentivar o aumento da permanência do turista no destino e a elevação do gasto médio diário do mesmo; promover a qualificação e a capacitação dos profissionais que atuam em todas as esferas da cadeia produtiva do turismo e ampliar a sua oferta para as comunidades que assim desejarem; auxiliar no aperfeiçoamento da capacidade de gestão administrativa e fiscal dos municípios com vista a aumentar as receitas oriundas do turismo; e por fim estruturar destinos e produtos turísticos de modo a contribuir com a valorização dos elementos naturais e culturais através de um processo planejado de uso e ocupação sustentável desses territórios. Então podemos enxergar que tanto o objetivo geral quanto os específicos expressam os anseios que identificamos em todo processo participativo e ao mesmo tempo vem se preocupando sempre com a questão da sustentabilidade do patrimônio natural que foi identificado no Polo. A Senhora Keila Brandão interfere e explica que divide a apresentação com a Senhora Amanda Posenatto, pois a mesma não é turismóloga embora tenha sido professora de turismo e consultora do MEC em Turismo e Consultora da Revista Turismo, então a Senhora Amanda Posenatto é quem legitima a minha atuação, complementa a Senhora Keila Brandão. A Senhora Amada Posenatto apresenta uma síntese do diagnóstico e enfatiza que os dados foram anteriormente discutidos e validados, onde de acordo com o quadro inicial que foi apresentado, onde cada etapa foi apresentada discutida e validada, aqui vão dar uma rápida retomada para que os Senhores possam entender, quais foram as orientações para construção do plano de ação e da matriz de

investimentos que será apresentada. Então temos no contexto do Rio Grande do Norte o Polo Costa Branca que de acordo com o seu PIB destacam-se os municípios de Guamaré, Porto do Mangue, Areia Branca, Galinhos, Macau e Mossoró, temos um extrativismo mineral como a principal atividade econômica e também como agente determinante, e um tipo de turismo em desenvolvimento o turismo de negócios. Reforçando o que foi falado, quando coletamos na época os dados há dois anos, muitas coisas mudaram, porém os dados que foram identificados nos deram esse panorama nos aspectos sócio econômicos, onde nessa ocasião despontava o turismo de negócios. Em relação a também os aspectos econômicos, temos Mossoró e Assu como os grandes aglutinadores exatamente por concentrarem mais da metade da população do Polo. O turismo no Polo enquanto atividade econômica encontra-se em expansão como é o caso do turismo de negócio, embora não se constitua ainda como uma força econômica da região. Nosso grande desafio é fortalecer essa atividade de modo que todos possam compartilhar os resultados benéficos. Galinhos é um dos poucos municípios em que o turismo de lazer se mostra de forma mais clara. Em relação à identificação na análise da infraestrutura e redes instaladas, temos também Mossoró concentrando melhor oferta de infraestrutura do Polo, oferta no sentido de equipamentos de hospedagens, equipamentos de alimentação, acessibilidade e entre outros. Infraestrutura de saneamento mais precária foi encontrada em São Bento do Norte com zero ponto dezessete, Apodi com zero ponto vinte e seis, Porto do mangue com zero ponto vinte e oito, Carnaubais com zero ponto trinta e Galinhos zero ponto trinta e um. Aqui chamamos a atenção, onde é fundamental voltarmos os nossos olhares e planejamentos para tentar amenizar os problemas do saneamento identificados, porque entendemos que o Polo concentra um grande patrimônio natural e é fato que a falta da estrutura de saneamento poderá comprometer a qualidade desses atrativos. Listamos também que os lixões representam pontos permanentes de contaminação, são muitos pontos e lixos espalhados e muitos riscos e contaminação de aquíferos e de outros elementos naturais. Em relação à malha viária existente, e a mobilidade, como é que o turista vai fazer para chegar e se deslocar dentro do Polo? A malha viária é bastante extensa, sendo seu principal eixo a BR trezentos e quatro que apresenta boa tráfegabilidade em relação a acostamento e sinalização rodoviária, sendo esse tráfego bastante intenso com muitos caminhões que se dirigem a base da Petrobrás em Mossoró, as rodovias estaduais que dão acesso aos demais municípios apresentam problemas no asfalto, com trechos apresentando riscos de segurança para os veículos, então temos um eixo central em boas condições que funciona que é a BR trezentos e quatro, mais no momento em que o turista chega procurando os atrativos e quando chegar aos demais municípios é esse o cenário que eles encontram, muitos problemas nas vias de acesso, enfatiza a Senhora Amanda Posenatto. Em relação aos terminais rodoviários: Mossoró, Assu e Areia Branca os possuem em melhores condições, não significa que estejam em boas condições de receberem uma demanda turística, mais eles existem. Os demais municípios quando apresentam algum tipo de terminal rodoviário eles não se encontram em condições de receberem fluxos de turistas. O aeroporto Dix-Sept Rosado localizado em Mossoró pode operar voos nacionais e regionais com aviões de médio porte, atualmente ele vem atuando com limitações por falta de segurança e iluminação, tecnicamente identificou-se que a localização está inadequada por conta dos padrões urbanísticos vigentes na época, não sabemos se essa situação continua. Em relação aos equipamentos públicos de segurança eles são concentrados com maior número em Mossoró, o que apresenta uma defasagem nos demais municípios que vem a comprometer a segurança do turista que estejam nessas localidades. Sobre os aspectos ambientais, teremos esse assunto bastante esmiuçado na apresentação da Avaliação Ambiental Estratégica, mais por hora adiantamos que as características identificadas como áreas de grande fragilidade ambiental apresentando áreas bastante preservadas em relação ao desenvolvimento do turismo, apresentando aspectos pouco explorados e com ecossistemas ainda intactos com sítios paleontológicos e arqueológicos. As Unidades de Conservação Ambiental na ocasião da elaboração desse documento, a APA das Dunas do Rosado estava em processo de criação e identificou-se

a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão, que abrange Guimarães e Macau criada por Lei Estadual e a Floresta Nacional de Assu a Flona criada também através de uma Portaria Federal. Entre os aspectos ambientais, temos grandes problemas identificados, os processos de ocupação dos territórios de forma irregular, o acúmulo de resíduos sólidos nas praias, instrumentos normativos quando os municípios possuem, planos diretores, os códigos de meio ambiente eles geralmente não estão implementados, concentram importantes áreas de recarga para os aquíferos subterrâneos para alimentação de rios, riachos e lagoas, informa a Senhora Amanda Posenatto. Então o objetivo de trazer esse panorama com os aspectos ambientais é exatamente chamar a atenção para os problemas principais e concentrar os esforços na tentativa de solucionar ou minimizar esses impactos que já foram identificados. Diagnósticos estratégicos, em relação aos aspectos turísticos apresentam um litoral com cerca de cento e setenta quilômetros de extensão bastante rústico e inexplorado turisticamente, ideal para turistas que buscam destinos mais preservados, pois apesar da atividade turística insipiente, apresenta rico conjunto de elementos para desenvolver o turismo e algumas praias já apresentam fluxos constantes de turistas inclusive estrangeiros. Então aqui está o grande desafio que temos para planejar o turismo no Polo Costa Branca, seria identificar nichos de mercado, identificar qual é o tipo de turismo que vocês desejam, e a partir daí planejar o espaço para que haja o mínimo de impactos possíveis e preservar o patrimônio natural, conclui a Senhora Amanda Posenatto. Em seguida a Senhora Keila Brandão informa que na hora que planejarem o tipo de turista que querem para região deve considerar o que estabelecemos no plano, a situação do Polo, a característica ambiental da região para que seja realmente um turismo que muito se fala e pouco se faz que é o turismo sustentável, encerra a Senhora Keila Brandão. A Senhora Amanda Posenatto enfatiza os aspectos turísticos identificados, onde temos essa categorização manifestações e usos tradicionais particulares existentes e estão quantificados no diagnóstico no documento integral mais não se caracterizam como motivadores da viagem dos visitantes nas localidades. Os elementos naturais que necessitam que as intervenções sejam mínimas para estruturar o produto turístico já que se constitui como maior patrimônio aonde a gente vem constantemente insistindo com vocês. Acontecimentos programados configuram-se como a principal motivação de viagem para esse Polo, na ocasião da elaboração desse documento tinham os acontecimentos programados como o Mossoró Cidade Junina como um grande indutor de visitantes no Polo. Entre os históricos culturais destacam-se os sítios arqueológicos do Lajedo de Soledade em Apodi. A Senhora Keila Brandão diz que através dessa oferta da para ver a verdade do que foi dito anteriormente, ela é diversificada e falta homogeneidade nessa região turística, então é um desafio para vocês, transformar isso numa região homogênea. A Senhora Amanda Posenatto diz que nessa ocasião foram destacados todos os potenciais identificados no Polo Costa Branca que se bem planejado o turismo no Polo poderá explorar nichos de mercados distintos do Polo Costa das Dunas que é caracterizado por um modelo massivo altamente impactante nas paisagens naturais, é possível uma estruturação de produtos para o ecoturismo, turismo náutico, de sol e praia, cultural, de aventura, de eventos e arqueológico. Então aqui trazemos um recorte de todas as modalidades que poderão se desenvolver aqui no Polo Costa Branca que vai torná-lo diferenciado e referência para um tipo de turismo mais restrito dentro do Estado, diferente do que vem sendo praticado. Em relação aos equipamentos de apoio ao turismo, aqui quantificamos rapidamente os equipamentos de alimentação que foram os maiores identificados sendo eles, trezentos e três equipamentos. Equipamentos de hospedagens foram identificados cem. Agentes de viagens e operadores de turismo e serviços de receptivos apenas oito. Trazemos aqui a observação que apesar da existência dos equipamentos conforme apresentado, existe uma grande deficiência de qualificação profissional, tanto na parte dos funcionários, quanto na parte dos empresários, é fundamental que seja pensado a capacitação e a qualificação profissional de todos aqueles que estejam envolvidos com a atividade ou que pretendam se inserir nesse mercado, o que chamou atenção para a inexistência de um posto de informação turística, a falta desse equipamento irá

se refletir em todos os destinos e atrativos porque onde o turista irá buscar informação para conhecer o Polo? É fundamental que se estruture esse equipamento para que todos possam ser beneficiados. Aqui a gente trás uma caracterização do produto Costa Branca, aonde depois de todo esse processo de estudo e análise, de acordo com o levantamento de dados chegamos à forma de caracterizar o que virá a ser o produto Costa Branca numa linha de planejamento comum envolvendo todos os municípios. Durante as diversas etapas da elaboração do PDITS ficou bastante vidente a diversidade de elementos de caráter turístico no Polo em função da sua heterogeneidade, a co-existência de um rico litoral pouco ocupado e de sertão numa mesma região. Contudo nesse primeiro impulso de planejamento regional ficou consensuado concentrar esforços naquele segmento que exigirá menor esforço para se desenvolver tanto em função da oferta turística quanto da demanda atual e potencial de turistas, com isso se quer evitar a pulverização de recursos com risco de atuar em diversas frentes e efetivamente não se conseguir atingir as metas e resultados preferidos. Assim o segmento a ser priorizado será o de sol e praia e paralelamente o de ecoturismo já que se deseja um turismo de baixo impacto que não sobrecarregue e se degrade ambientes frágeis, explica a Senhora Amanda Posenatto. O litoral do Polo turístico Costa Branca por ser dotados de extraordinários recursos climáticos, ambientais e paisagísticos que diferenciam e destacam do litoral do Costa das Dunas acrescentará novos elementos à oferta turística tradicional sendo necessário ao PDITS Costa Branca atuar no planejamento, controle ambiental dos sítios naturais e fomento na estruturação de novos destinos. É interessante ressaltar que na oferta turística do Polo encontra-se o Lajedo de Soledade, um importante sítio arqueológico do Estado que por suas características de localização não pode se integrar na mesma estratégia de comercialização do turismo, sendo recomendado a sua integração ao Polo Seridó em função de sua similaridade, portanto possui o mesmo público-alvo, conclui a Senhora Amanda Posenatto. Em seguida a Senhora Keila Brandão enfatiza que sobre esse tema cabe um esclarecimento e diz que durante as diversas reuniões que foram feitas com o BID, ele não entendia uma região turística com essa heterogeneidade, eles achavam que nem Mossoró deveria estar nessa região e nem Apodi, como também, outros municípios, eles entendiam que Costa Branca pelo próprio nome deveria ser o litoral. Foi muito difícil para nós, foi muita luta durante três dias e conseguimos deixar todos os municípios, mais eles entendiam que o recurso não poderia ir para esses municípios, onde estamos informando porque os Senhores como membros participativos devem está sendo informados desses detalhes, então Apodi e Mossoró eles não entendiam e depois de muita explicação convencemos que Mossoró não poderia ficar fora porque tem a centralidade, é um município aglutinador e tem todos os serviços que o Polo precisa que alguns municípios não tem e somente Mossoró possui, então ficou Mossoró e por fim Apodi, porém eles disseram que Apodi não poderia está no mesmo roteiro de sol e praia que o Costa Branca, então foi uma tarefa muito árdua pois era a opinião do BID, Ministério do Turismo, dos Senhores e também a nossa visão e no final resultou nisso, Apodi irá entrar no roteiro do Seridó porque o foco do desenvolvimento do turismo Seridó serão os sítios arqueológicos. A Coordenadora Técnica da SETUR, a Senhora Carmem Vera Araújo de Lucena, enfatiza que o Polo Serrano não se encontrava muito desenvolvido e não tinha ainda nem o Conselho, então foi uma solicitação dos próprios membros da Prefeitura e foi acatado aqui, que Apodi viesse fazer parte desse Polo, mais antes não era, fazia parte do Serrano, como já existia um fluxo e já estávamos começando a trabalhar, iria beneficiar o pessoal de Apodi que vem a Mossoró, e a esse Polo, então foi votado e aceitaram, conclui a Senhora Carmem Vera. Em seguida a Senhora Keila Brandão informa que sendo assim, somente o Conselho poderá retirar Apodi. O Senhor Rodrigues informa que o Lajedo de Soledade é de suma importância para a região. A Senhora Amanda Posenatto informa que nessa perspectiva então foi definido como destino prioritário pelo PDITS a ser desenvolvido os próximos quatro anos o destino Costa Branca, com a preocupação de estruturar os principais atrativos da região para o aumento da demanda futura conciliando com a valorização da natureza em toda sua essencialidade para que esta possa ser exposta aos visitantes com toda

a sua exuberância e integridade. Aqui temos um breve resumo do produto Costa Branca, ele é composto pelos municípios de Tibau, Grossos, Areia Branca, Macau, Porto do mangue, Guamaré, Galinhos, São Bento do Norte, Caiçara do Norte, além das praias e lagoas, falésias, dunas e vegetação pode ainda agregar valores ao destino, visitas as salinas, experiência tradicional ao Polo Costa Branca havendo ainda potencial para desenvolvimento do turismo náutico. Tem como municípios de maior destaque em função dos seus atrativos: Galinhos pela característica peculiar da localidade e Porto do Mangue com as Dunas do Rosado com sua singularidade, no entanto a infraestrutura básica de ambos encarece de melhorias principalmente em se tratando de cobertura de saneamento básico e acessibilidade, o que a gente trás em destaque é que a infraestrutura turística também é insipiente, com maior concentração de equipamentos de pequeno porte em Areia Branca, Galinhos, Guamaré e Macau, não significa que não exista, porém na ocasião da elaboração desse documento esses foram os aspectos identificados, e a estruturação desse produto deu-se através de várias orientações seguindo um regulamento operacional e cumprindo um termo de referência. Ainda sobre os aspectos turísticos para o fluxo a pesquisa de demanda pela SETUR realizada apenas em Mossoró pela ocasião do evento Cidade Junina, nos ofereceu dados bastante imprecisos, daí a decisão técnica de não considerar esses dados. No mercado de trabalho em dois mil e nove a oferta direta de empregos foi de seis mil, quatrocentos e sessenta e sete, sendo metade formais e metade informais. A capacitação é um dos principais pontos a seres trabalhados no Polo Costa Branca, onde o SEBRAE e o SENAC promoveram algumas formas de capacitação que ocorreram de forma esporádica. Em relação à gestão do turismo, identificou-se que a SETUR não possui uma estruturação necessária para cumprir o seu papel de desenvolver o turismo, falta aproximação e sintonia entre a SETUR e a EMPROTUR e foi identificada uma baixa capacidade institucional dos municípios para a gestão do turismo, enfatiza a Senhora Amanda Posenatto. A Senhora Keila Brandão faz uma ressalva sobre o quadro da SETUR e diz que esse quadro ainda existe hoje, esse gráfico foi sobre um estudo que foi feito e detectou isso, mais a SETUR já começou a corrigir essas questões através de recursos do PRODETUR, conclui Senhora Keila Brandão. A Senhora Amanda Posenatto complementa sobre a Promoção do turismo, a ausência de uma política estratégica de marketing que oriente os investimentos a promoção turística para mercados prioritários e com foco no perfil do turista, investimentos de promoção do Estado ainda são limitados e imprevisíveis. Isso é um problema muito sério essa questão de ter uma política de marketing sem ter o foco para onde dimensionar os investimentos, aqui no Estado infelizmente não temos isso, todo o trabalho de marketing que é feito é de forma aleatória na medida em que chegam os convites, às vezes os municípios participam a Secretaria às vezes participa mais não tem definido qual o mercado, e qual o turista queremos para essa região, onde Natal tem um problema sério porque se atrai turista de todo lado e terminou resultando em um problema que todo mundo sabe que é a questão da exploração sexual, porque tem determinado turista que sabemos qual a nacionalidade dele, que vem com esse objetivo, então se as pesquisas estão mostrando ano a ano que vem mais turistas homens que mulheres, porque isso? Por que não trazemos famílias? Então precisamos corrigir isso e trabalhar nessa perspectiva com o estudo de mercado e saber onde está o turista que queremos. Estamos estimando para o turismo do Costa Branca, um turista familiar, um turista mais calmo que não acabe com a paisagem que venham mais famílias. Então onde está esse turista? Quais os mercados que eles estão? Precisamos saber para poder atraí-los, pois às vezes se gasta muito dinheiro e não resolve, não estou dizendo que Secretaria gasta muito dinheiro, mais sim, gasta mal, onde o dinheiro é limitado, enfatiza a Senhora Keila Brandão. A Senhora Amanda Posenatto informa que depois de todo esse estudo que foi feito, e depois da finalização desse diagnóstico chegou-se a um cenário de desenvolvimento que é o cenário que se deseja para o turismo do Polo Costa Branca. A visão de futuro após posicionar o Polo Costa Branca com características de um balneário tropical com vistas a desenvolver atividades de entretenimento e lazer ao ar livre de baixo impacto para proporcionar experiências turísticas em áreas abrangidas

principalmente pelo turismo de sol e praia, náutico, de natureza ou ecoturismo para pequenos grupos específicos nacionais e estrangeiros. Todos esses estudos geraram a elaboração de macro estratégias que contemplaram aqueles cinco componentes que a Senhora Keila Brandão informou no início da apresentação. Então para cada componente, foram pensadas e estudadas estratégias de como atingir os objetivos que tinham sido propostos, então para o Componente Estratégia do Produto Turístico as estratégias são: fortalecimento do segmento de sol e praia e do ecoturismo, investimento no potencial existente para o desenvolvimento do turismo náutico no Polo Costa Branca a partir da construção de infraestrutura específica; recuperação e valorização do Patrimônio Histórico e Cultural do Polo Costa Branca; melhoria da capacitação profissional para os diferentes tipos e níveis de turismo; qualificação dos produtos e destinos turísticos do Polo a partir da estruturação de um sistema de informações e postos de atendimento ao turista em rede. Para a Estratégia de Comercialização: o fortalecimento do planejamento estratégico de marketing para o Polo. Para o Fortalecimento Institucional: fortalecer o turismo no Polo por meio da estruturação dos órgãos de turismo e da capacitação de técnicos efetivos municipais, pois sabemos a dificuldade que os Senhores encontram diariamente; criação e aplicação de instrumentos para avaliação de gestão urbana, ambiental e turístico no Polo tendo em vista implantar um turismo planejado de bases sustentáveis; elaboração, estruturação e implantação do sistema de informações turísticas para subsidiar as tomadas de decisões para o planejamento e a gestão do turismo. Em relação à Infraestrutura de Serviços Básicos: incremento e recuperação da infraestrutura básica e específica para o turismo como forma de contribuir para melhorar a qualidade do produto e a vida das comunidades locais. E para a Gestão Ambiental: melhoria da qualidade ambiental do Polo visando à preservação e o aproveitamento sustentável dos recursos naturais para a atividade turística. Essas estratégias dão origem a um conjunto de ações que tem como objetivo o fortalecimento do segmento de sol e mar a partir de uma concepção ecológica e sustentável de utilização dos recursos naturais e do aproveitamento da faixa litorânea. Iremos apresentar agora um resumo dos investimentos que serão aplicados ao Polo Costa Branca, essas ações foram classificadas como ações gerais, onde nelas temos um montante de quanto será investido, depois temos ações a serem realizadas pelo PRODETUR e as ações que serão priorizadas para os primeiros dezoito meses, lembrando que muitas ações serão realizadas através do PRODETUR, sabemos as necessidades dos municípios em relação a isso, como também, sabemos que o PRODETUR não tem condições de arcar com toda essa responsabilidade, então é fundamental que os municípios busquem parcerias e recursos de outras fontes para que todo esse trabalho possa ser efetivamente implementado, explica a Senhora Amanda Posenatto. Em seguida a Senhora Amanda apresenta uma tabela completa com os direcionamentos dos investimentos. Em relação ao Componente Estratégia do Produto Turístico, a ação proposta foi: Elaborar estudos de viabilidade e projetos técnicos de caminhos turísticos interpretativos de Guimarães, Galinhos. Com abrangência: Guimarães e Galinhos com valor de quinhentos mil reais. Elaborar estudos de viabilidade para valorização turística das salinas do Polo Costa Branca. Área de abrangência: Areia Branca, Grossos, Macau e Galinhos com valor de cem mil reais. Elaborar plano de ecoturismo para o litoral de Areia Branca, até São Bento do Norte. Área de abrangência: Areia Branca, Porto do Mangue, Macau, Guimarães, Galinhos, Caiçara do Norte e São Bento do Norte com valor de quinhentos mil reais. Implantar planos de ecoturismo nos caminhos turísticos interpretativos para Areia Branca, Porto do Mangue, Macau, Guimarães, Galinhos, Caiçara do Norte e São Bento do Norte com um montante de quatro milhões oitocentos e sessenta mil reais. Elaborar guia para a gestão turística das orlas marítimas para os municípios litorâneos, cem mil. Elaborar plano diretor de turismo náutico para municípios litorâneos, cento e setenta e cinco mil. Elaborar estudos e projetos básicos e projetos executivos de ancoradouros turísticos, a serem definidos, quatrocentos e quarenta mil. Elaborar estudos de concepção no projeto básico e executivo para a estruturação da visitação ao Lajedo de Soledade, município de Apodi, cem mil reais. Implantar a estruturação da visitação do Lajedo de Soledade em Apodi, quatrocentos e quinze mil.

Elaborar diagnóstico da oferta de demanda de capacitação profissional para o Polo, abrangendo todos os municípios, duzentos e vinte e cinco mil. Implantar programa de capacitação profissional para todos os municípios, com um valor de um milhão. Elaborar projetos da rede de postos e sistema de informações turísticas em áreas a serem definidas, cento e sessenta e cinco mil. Implantar projeto da rede de postos e dos sistemas de informações turísticas, a serem definidas, com um valor de trezentos mil. Em relação ao componente Estratégia de comercialização do produto: elaborar plano de marketing para todos os municípios, seiscentos e noventa mil. Elaborar plano operativo anual de marketing, para todos os municípios, cento e noventa mil. Para o componente fortalecimento institucional: elaborar planos de fortalecimento da gestão municipal do turismo para os municípios litorâneos, duzentos e cinquenta mil. Implantar planos de fortalecimento da gestão municipal de turismo, quatrocentos mil. Implantar programas de capacitação nas áreas ambientais, urbanísticas e turísticas dos técnicos efetivos municipais, para municípios litorâneos, cento e cinquenta mil. Elaborar planos diretores, códigos de obras e códigos de meio ambiente para Apodi, Areia Branca, Caiçara do Norte, Carnaubais, Galinhos, Grossos, Guamaré, Itajá, Macau, Pendências, Porto do Mangue, Serra do Mel, São Rafael, São Bento do Norte e Tibau, um milhão e cinquenta e quatro mil. Elaborar projetos do sistema de informações turísticas para os municípios litorâneos, cem mil. Implantar sistemas de informações turísticas para os municípios litorâneos, cento e trinta e oito mil. Infraestrutura e serviços básicos: elaborar plano diretor de resíduos sólidos para os municípios litorâneos, trezentos mil reais. Elaborar projeto básico e projeto executivo da companhia de apoio ao turismo, com a delegacia do turista e de postos policiais no litoral do Polo em Porto do Mangue e Galinhos, um milhão trezentos e cinquenta mil. Elaborar projeto técnico para melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de águas e esgotos e esgotamento sanitário em Guamaré e Galinhos, quinhentos mil. Implantar projetos técnicos para melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água e esgoto e aterro sanitário em Galinhos, três milhões. Elaborar estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental do acesso Guamaré - Diogo Lopes, Guamaré - Macau, cento e vinte mil. Elaborar estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental de acesso a Macau - Porto do Mangue, duzentos e sessenta mil. Elaborar estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental de acesso a Areia Branca - Grossos, cem mil. Componente Gestão Ambiental: Elaborar plano de manejo para as Dunas do Rosado, em Porto do Mangue, cento e cinquenta mil. Elaborar estudos das áreas de risco de erosão costeira do Polo, municípios litorâneos, duzentos mil. Elaborar planos de proteção às falésias nas áreas de risco do Polo para os municípios litorâneos, duzentos mil. Elaborar zoneamento ecológico com o econômico para os municípios litorâneos, um milhão e duzentos mil. Implantar recomendações da avaliação ambiental estratégica para os municípios litorâneos, quinhentos e vinte e cinco mil. Para o gerenciamento supervisão, temos um milhão de reais para serem destinados aos gerenciamentos, supervisão e monitoramento do programa. Para supervisão de obras do Programa, quinhentos mil. Para avaliação de impactos do Programa, duzentos e dois mil, cento e setenta e oito. E para vistoria externa, cento e vinte e dois mil, conclui a Senhora Amanda Posenatto. Em seguida a Senhora Keila Brandão informa que essa primeira matriz chamada Ações Gerais, contempla todas as ações independentes das fontes de recursos a serem mobilizadas pode ser PRODETUR, Governo do Estado, os Senhores podem ter achado estranho ter tanto estudo e tanto plano, mais tem que ser, porque toda nossa proposta, toda a lógica do trabalho do Polo Costa Branca vem nessa direção, da sustentabilidade. Então não se pode investir em infraestrutura numa área tão frágil, sem antes planejar, essa será a linha do Costa Branca, preparando as bases sustentáveis desse turismo, por isso a existência de tanto plano, conclui a Senhora Keila Brandão. Em seguida a Senhora Amanda Posenatto lista quais dessas ações serão financiadas através do PRODETUR Nacional. Elaborar estudos de viabilidade projetos técnicos de caminhos turísticos interpretativos de Guamaré, Galinhos, quinhentos mil. Elaborar estudos de viabilidade para valorização turística das salinas do Polo Costa Branca, para Areia Branca, Grossos, Macau e Galinhos, cem mil reais. Elaborar plano de ecoturismo para

o litoral de Areia Branca a São Bento, quinhentos mil. Implantar plano de ecoturismo dos caminhos turísticos interpretativos, Guamaré e Galinhos. Projeto Piloto de salinas, Areia Branca, Porto do Mangue, Macau, Guamaré, Galinhos, Caiçara do Norte e São Bento do Norte, quatro milhões oitocentos e sessenta mil. Elaborar guia para gestão turística das orlas dos municípios litorâneos, cem mil reais. Elaborar plano diretor de turismo náutico para os municípios litorâneos, cento e setenta e cinco mil. Elaborar estudos e projetos básicos e projetos executivos de ancoradouros turísticos, a ser definido, quatrocentos e quarenta mil. Elaborar estudos de concepção, projeto básico e executivo para estruturação da visitação do Lajedo de Soledade em Apodi, cem mil. Implantar estruturação de visitação do Lajedo de Soledade em Apodi, quatrocentos e quinze mil. Elaborar diagnóstico da oferta de demanda de capacitação profissional para o Polo Costa Branca, todos os municípios, duzentos e vinte e cinco mil. Implantar programa de capacitação profissional para todos os municípios, um milhão. Elaborar projeto da rede de postos e do sistema de informações turísticas a ser definido, cento e sessenta e cinco mil. Implantar projetos da rede de postos de sistemas e informações turísticas, a ser definida, duzentos mil. Para o Componente Estratégia de Comercialização do Produto: Elaborar planos de marketing para todos os municípios, seiscentos e noventa mil. Elaborar plano operativo anual de marketing, para todos os municípios cento e noventa mil. Para o componente fortalecimento institucional: Implantar Programa de capacitação nas áreas ambiental, urbanística e turística dos técnicos efetivos municipais, para os municípios litorâneos, cento e cinquenta mil. Elaborar e realizar planos diretores, códigos de obras e códigos de meio ambiente, para Apodi, Areia Branca, Caiçara do Norte, Carnaubais, Galinhos, Grossos, Guamaré, Itajá, Macau, Pendências, Porto do Mangue, São Rafael, São Bento do Norte, Serra do Mel e Tibau, um milhão e cinquenta e quatro mil. Elaborar projeto do sistema de informações turísticas para os municípios litorâneos, cem mil. Implantar sistema de informações turísticas para os municípios litorâneos, cento e trinta e oito mil. Para o Componente da Infraestrutura e Serviços Básicos: Elaborar plano diretor de resíduos sólidos para os municípios litorâneos, trezentos mil. Elaborar projetos básicos e executivos da companhia de apoio ao turismo da delegacia do turista e postos policiais no litoral do Polo, em Porto do Mangue e Galinhos, duzentos mil. Elaborar projetos técnicos para a melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário em Galinhos, quinhentos mil. Implantar projeto técnico para melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água e esgotamento em Galinhos, três milhões. Elaborar estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental do acesso Guamaré – Diogo Lopes e Guamaré – Macau, cento e vinte mil. Elaborar estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental do acesso Macau – Porto do Mangue, duzentos e sessenta mil. E por fim elaborar estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental acesso Areia Branca – Grossos, um valor de cem mil. Para o Componente Gestão Ambiental: Elaborar planos de manejo para as Dunas do Rosado em Porto do Mangue, cento e cinquenta mil. Elaborar estudos das áreas de risco na região costeira do Polo, para os municípios litorâneos, duzentos mil. Elaborar planos de proteção das falésias na áreas de risco do Polo, municípios litorâneos, duzentos mil. Elaborar o zoneamento ecológico e econômico para os municípios litorâneos, um milhão e duzentos mil. Implantar as recomendações para avaliação ambiental estratégica para os municípios litorâneos, quinhentos e vinte e cinco mil. Para o Gerenciamento Supervisão: um milhão de reais para se fazer gerenciamento, supervisão, monitoramento do programa. Quinhentos mil para supervisão de obras do programa. Duzentos e dois mil cento e setenta e oito para a avaliação de impactos do programa. Totalizando dezenove milhões, oitocentos e nove mil e cento e setenta e oito reais de investimentos financiados pelo PRODETUR. E por fim iremos apresentar a tabela completa e o que será priorizado para os primeiros dezoito meses. Elaborar estudos de viabilidade de projetos técnicos de caminhos turísticos e interpretativos de Guamaré e Galinhos, quinhentos mil. Elaborar planos de ecoturismo para o litoral de Areia Branca a São bento do Norte, que inclui Areia Branca, Porto do Mangue, Macau, Guamaré, Galinhos, Caiçara do Norte, São Bento do Norte, quinhentos mil. Elaborar guia para a gestão turística das orlas, municípios litorâ-

neos, cem mil. Elaborar plano diretor de turismo náutico para os municípios litorâneos, cento e setenta e cinco mil. Elaborar diagnóstico da oferta e demanda da capacitação profissional para o Polo, incluindo todos os municípios, duzentos e vinte e cinco mil. Elaborar projetos da rede de postos e do sistema de informações turísticas, cento e sessenta e cinco mil. Para o Componente Estratégia de Comercialização do Produto: Elaborar planos de marketing para todos os municípios, seiscentos e noventa mil. Para o Componente Fortalecimento Institucional: elaborar e revisar planos diretores, códigos de obras e de meio ambiente, para Areia Branca, Caiçara do Norte, Galinhos, Grossos, Guamaré, Macau, Porto do Mangue, São Bento do Norte, Tibau, seiscentos e dezessete mil. Para desenvolver projetos de sistema de informações turísticas nos municípios litorâneos, cem mil. Para o componente infraestrutura e serviços básicos: Elaborar plano diretor de resíduos sólidos para os municípios litorâneos, trezentos mil. Elaborar projeto técnico para melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água e esgotamento para Galinhos, quinhentos mil. Para o Componente Gestão Ambiental: Elaborar estudos das áreas de riscos de erosão costeira do Polo nos municípios litorâneos, duzentos mil. Elaborar zoneamento ecológico e econômico para os municípios litorâneos, um milhão e duzentos mil. Totalizando cinco milhões, duzentos e setenta e dois mil para total de ações para os primeiros dezoito meses. Sobre a avaliação de impactos ambientais potenciais para implantação do PDTIS, está focada nas ações prioritizadas do PDTIS a partir das quais foram levantados os possíveis impactos considerados expressivos, ou seja, aqueles que venham, a provocar repercussão na sociedade, quanto essa interferência possa acarretar no meio sócio ambiental. Então pensando em avaliar os possíveis impactos que possam ser decorrentes da implantação do PDTIS, foi realizada a análise ambiental e estratégica que será apresentada hoje para os Senhores onde serão aprofundados os possíveis impactos. O PDTIS então para fins de definição e mecanismo de feedBack, ele foi elaborado para um horizonte de quatro anos, é fundamental a adoção de planejamento que contemple indicadores e parâmetros para avaliação e acompanhamento das ações que estão sendo propostas, pretende-se analisar os atores e mecanismos necessários para monitorar a evolução da atividade turística no Polo e avaliar os resultados da implantação do Plano de Ação. O marco Lógico serão os resultados que se esperam de cada componente, então além de fazer todas essas indicações, elaboramos também um estudo do que se espera e o que deverá ser obtido através da implantação de cada uma delas, informa a Senhora Amanda Posenatto. Então nesse quadro iremos ter o objetivo principal do programa que é contribuir para a geração de renda e emprego através da atividade turística. Como tema norteador do Polo Costa Branca será a ampliação da atividade turística em novas áreas geográficas do Estado. O resultado esperado é o aumento do número de empregos formais nas atividades características do turismo. Depois fazemos a prescrição de cada componente e o que se espera dele, então na estratégia do produto turístico desejamos que os municípios estejam preparados para receber fluxos turísticos. Na estratégia de Comercialização aumentar a eficácia da comercialização feita pela internet. Para o fortalecimento institucional, fortalecer o planejamento estratégico e a gestão dos destinos turísticos. Para a infraestrutura e serviços básicos, melhorar a acessibilidade aos destinos. Para a Gestão Ambiental, melhorar a qualidade e o controle ambiental. A Senhora Amanda Posenatto agradece a atenção de todos e informa que em seguida será feita a apresentação da Avaliação Ambiental Estratégica e encerra sua participação. A Doutora Josenita Dantas deseja bom dia a todos e informa que a mesma é arquiteta e urbanista, onde agora é funcionária pública aposentada, mais com uma grande disposição de contribuir ainda com o que acumulado nesse tempo e informa que foi um privilégio ser convidada pela Empresa Start para se fazer presente pela primeira vez nesse Estado, onde estamos elaborando a Avaliação Ambiental Estratégica do programa antes da tomada de decisão. As recomendações desta avaliação vem a contribuir, acrescentar e reforçar, procurar mecanismo para minimizar os impactos de qualquer ação do programa que possa vir para evitar que depois não precisar fazer remanejo público de investimentos já aplicados para reparar os danos. Então nesse período de elaboração do plano, que é um processo, a

avaliação ambiental estratégica complementa o programa, e quando finalizar os PDTIS de cada região estará subsidiado por uma avaliação, até porque tanto na visão do Ministério do Turismo, como do órgão financiador, ou seja, o agente financiador que é o banco buscou o desenvolvimento sustentável em prol da atividade econômica e o turismo é uma atividade que em nosso caso especificamente vem consumindo e utilizando com muita força os recursos naturais que tem grande importância para nós, como também, para as gerações futuras. Portanto, a partir de uma orientação do próprio banco e do termo de referência elaborado pelo Ministério do Turismo, baseada na literatura e em referências nacionais e internacionais procurou desenvolver nesse período um trabalho, onde apresentaremos hoje para validação dos Senhores o que conseguimos fazer e os ganhos que iremos ter e para minha surpresa depois que vimos à exposição do PDTIS, está em um momento correto para implantação de uma avaliação e de desenvolver uma atividade econômica nessa região, porque antes de iniciarmos investimentos e intervenções físicas, iremos está baseado no planejamento, estruturação e instrumentalização no aparato tanto institucional como legal dos municípios que constituem essa região. É a primeira vez no Brasil que se aplica uma avaliação ambiental em um programa do nível do PRODETUR que é um amplo e regional, por isso será um pouco sistemática a apresentação. E como ela foi discutida anteriormente, é importante que diga de que se trata e até porque tem investimentos previstos para aplicação das recomendações que foram colocadas durante essa avaliação. Então existe no conhecimento dos estudiosos internacionais como o caso da Maria do Rosário Partidário, aonde a mesma vem trabalhando na aplicação do instrumento que no Brasil ainda não está institucionalizado, dentro da política EIA e AIA, dentro da Avaliação Estratégica ainda não está institucionalizada, mais vem havendo esforços do Governo Federal de entender que as políticas públicas tem que ter como base uma avaliação ambiental antes da sua implementação, isso é uma medida preventiva de aplicação de investimentos que é um procedimento sistemático e contínuo, porque a avaliação não para ela não se esgota agora, é um instrumento que precisa ser implementado e avaliado, e pela primeira vez os municípios e o Estado irão dispor inclusive de indicadores de acompanhamento de cada uma dessas ações, indicadores de sustentabilidade que foi o maior esforço que fizemos, pois em projetos não conseguimos avaliar, pois não conseguimos identificar os indicadores, esse é um dos trabalhos que tem a avaliação ambiental, consequências ambientais em decorrência das alternativas de desenvolvimento, incorporar iniciativas tais como: políticas, planos e programas. A Avaliação Ambiental não é um EIA, essa em geral se aplica em Estudo de Impacto Ambiental em que os órgãos de meio ambiente estadual e municipal, podem exigir na implementação de empreendimentos é diferente de uma Avaliação Ambiental, porque ela tem um caráter de buscar uma visão integrada de políticas, planos e programas que saem do âmbito local e ele tem um caráter mais regionalizado da ação de modo a assegurar a integração efetiva dos aspectos biofísicos, econômicos, sociais e políticos mais cedo possível ligado ao processo público de planejamento e tomada de decisão. Seria interessante que todos os investimentos desse País fossem previstos e acompanhados de uma avaliação, que fossem submetidos a uma avaliação antes da sua implementação, isso evitaria muitos transtornos. Porque fazer a Avaliação? Seria incorporar os princípios da sustentabilidade na elaboração de planos, políticas e programas prioritariamente durante o processo de elaboração de forma que na construção das propostas os problemas sejam antecipados, esse é o primeiro esforço que estamos fazendo, pois o PDTIS apontou ações que foi objeto de um processo de discussão, participação construída pelos diversos segmentos e no caso do Rio Grande do Norte, está sendo feita a partir das ações previamente estabelecidas. A Avaliação não teve caráter de negar nenhuma proposta mais sim, complementar. Até porque especificamente neste Polo, as ações estão previstas já com essa visão de que sejam ações preventivas e corretivas porque o turismo ainda não é uma atividade consolidada como é o caso do Costa Branca. Do âmbito do PRODETUR Nacional a aplicação está definida como uma ação de caráter estratégico em um processo de planejamento sustentável, isso é muito bom porque esse Ministério e as ações desse setor já vem acompanhado

dessa integração, porque no caso da atividade turística no Brasil tem que haver uma forte ligação com o Ministério do Meio Ambiente e com a política que para possamos ter um desenvolvimento sustentável e quando isso é reconhecido dentro de um programa que já tem uma região com grande fragilidade, trás uma contribuição em si. Atender as recomendações do Ministério constante no manual, onde este construiu um manual de gestão sócio ambiental com o PRODETUR Nacional e a necessidade de cumprir a salva guarda do banco que é o agente financiador, é uma das exigências que está fazendo com que os gestores públicos hoje assumam uma responsabilidade de desenvolver os seus espaços físicos, ações e políticas implementadas com a visão da sustentabilidade, principalmente porque deve ser comprovada a aplicação do recurso em que ele não trás prejuízos ambientais, para que os resultados obtidos possam subsidiar em seção de aspectos ambientais, essa era a visão maior, adequando as propostas previstas em cada PDTIS a partir de ações de medidas mitigadoras e potencializar de impactos ambientais positivos e negativos identificados e no atentamento as recomendações apresentados na época. Então como fazer? Fizemos uma discussão de como faríamos esse trabalho, e claro que iríamos começar baseados em tudo o que foi apresentado a pouco tempo, porque iríamos trabalhar assim como se trabalha na avaliação de uma proposta ou concepção de uma empreendimento, iríamos trabalhar essa concepção de ação em cima, ou seja, tínhamos um horizonte preciso, não iríamos criar uma ação, precisaríamos introduzir quais os indicadores, e como se daria um condicionante de um licenciamento e quais as condições para que aquelas ações fossem implementadas para manter a sustentabilidade da área. A metodologia adotada foi observar experiências técnicas abordadas nacional e internacional, pois em alguns países já vem sendo implantado e acompanham suas políticas já fazendo parte do documento legal da Política Nacional de Meio Ambiente e ainda não é o nosso caso, porém a iniciativa é muito válida, com adaptações necessárias para as escalas de ações estratégicas previstas nos PDTIS e as orientações estabelecidas nas referências. É evidente que tivemos que fazer um estudo amplo para que inserir, e saber qual metodologia poderiam aplicar em nosso contexto, porque faço uma ressalva no sentido de que esse trabalho vem sendo elaborado especialmente pelo Estado, onde falo muito na visão nacional e internacional, mais é a literatura que vem subsidiar a nossa proposta de encaminhar junto com o termo de referência do Ministério que também foi elaborado dentro do Ministério para nos orientar na execução e elaboração desse trabalho. Como referência para elaboração utilizou-se os documentos disponibilizados pela UE - Unidade Executora Estadual do programa, a SETUR e pelas políticas nacionais do turismo utilizadas também que já haviam sido utilizadas na elaboração do PDTIS, e nele foram consideradas as informações e suas propostas como decisão de um colegiado, ou seja, teve um processo participativo, mais a UE por orientação interna, ainda exigia que tivéssemos um olhar de alguns segmentos e de especialistas e atores relevantes que tivessem conhecimentos específicos e visões importantes para ação entre a atividade econômica e o desenvolvimento sustentável e para isso orientou que fosse utilizado e foi, no caso do Rio Grande do Norte o método deuse como uma forma de consulta de pessoas, onde se relatou e mencionou-se várias instituições e representantes tanto da área de ensino e pesquisa como de organizações não governamentais, e da área de turismo e empresariado da atividade turística, e os órgãos de meio ambiente, então estudiosos dessa área relacionou-se várias autoridades que poderiam ser consideradas nesse assunto, e que pudesse aplicar nele um rico e complexo questionário, sendo essa a parte mais difícil, onde os Senhores podem consultar e a partir daí a contextualização de cada ação, a gente apresentava e aplicava a cada uma dessas pessoas para a visão delas, e elas apontavam quais seriam as recomendações e como aquela ação deveria ser construída para que trouxesse menor prejuízo, não só o ponto de vista ambiental, como também, prejuízo no ponto de vista econômico que pé a atividade turística. O trabalho e o processo de elaboração foram feitos em quatro momentos, primeiro se construiu uma

linha de base no diagnóstico todo baseado no que foi exposto anteriormente, em seguida começamos por uma parte mais difícil que foi a identificação e avaliação dos im-

pactos dessa ação, onde irei apresentar como esse trabalho vem sendo elaborado através de uma visão condicionante, que apesar não estarmos fazendo nenhum licenciamento, porém estamos contando com recomendações e assim complementar essas ações para que elas se desenvolvam de forma sustentável e apesar dessas ações já trazerem em sua construção uma preocupação com a questão ambiental, mesmo assim um outro olhar aplicando técnicas a gente identifica que são necessárias algumas recomendações e medidas que podem ser mitigadoras quando aquela ação possa trazer impacto negativo e potencializadoras para aquelas ações que a gente acha que deve ser ampliada e potencializadas para que alcancemos essa sustentabilidade. A construção de um cenário de desenvolvimento que era o final nosso, como era que a gente construía, foi apresentado aqui um cenário de desenvolvimento da atividade, mais o Ministério entende que é necessário construir um cenário de desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável que é o cenário de desenvolvimento de sustentabilidade, recomendações e ainda contamos as diretrizes para elaboração de um programa de monitoramento e de acompanhamento deste programa da ações do PRODETUR com a avaliação do próprio programa. O fluxo da atividade foi distribuído em quatro etapas atendendo as exigências do contrato. A área de abrangência da avaliação ambiental não é só o Polo Costa Branca, e sim o Polo Serrano, Seridó e Costa Branca, tendo essa abrangência porque o caráter de avaliação é avaliar o todo, mais trabalhamos isoladamente cada Polo. Construimos junto coma SETUR e com o resultado do que iríamos avaliar e qual o nosso horizonte e qual objetivo iriam aplicar, onde aplicaríamos previamente os efeitos acumulativos, e avaliar e identificar os efeitos ambientais cumulativos das propostas de ação estratégicas e das alterações ambientais e ações do PDTIS e não tinha nenhum caráter de extrapolar este limite, é importante que isso seja dito, saberíamos que iríamos avaliar outros programas e sim as ações que estavam previstas dentro do corpo do PDTIS dos três Polos que constituem o PRODETUR Nacional no Rio Grande do Norte. Para alcançar esse objetivo a gente, tem os objetivos específicos que são as atividades que serão desenvolvidas no decorrer do trabalho que são: identificar e avaliar os possíveis impactos provenientes das ações definidas no PDTIS, definir o cenário de desenvolvimento sustentável e construir as alternativas para as ações já definidas, pois de repente devemos incorporar outros programas já inseridos, inclusive por outras áreas da ação pública. Essas ações partiram de um agrupamento por estratégia, sendo cinco estratégias e quais as ações que são divididas em produtos turísticos tendo várias ações nessa estratégia, tem a comercialização que no caso daqui e dos dois Polos se restringe a elaboração de um plano de marketing, o fortalecimento institucional aonde vimos aqui em todo o diagnóstico apresentado que é necessário, a infraestrutura e serviço e a gestão ambiental. Essa primeira parte explicada, fala de como foi o procedimento de elaboração que foi dado para todos os Polos, por isso tem uma visão mais comum. Especificamente entrarei no contexto do Polo Costa Branca. Essa linha de base em resumo explicarei qual a linha de base e o foco, pois para pudéssemos associar as nossas recomendações às condições atuais que o Polo tem então este Polo Costa Branca está localizado ao litoral norte do Estado e tem Mossoró como principal irradiador que recebe o maior número de visitantes, sua vocação turística é de caráter regional ainda e principalmente cultural, arqueológico, eventos, negócio, aventura, pedagógico, e por fim, sol e praia. É nesse contexto turístico que as ações foram definidas. Os principais serviços e produtos já consolidados são as praias de Tibau, Galinhos e Ponta do Mel, AS Dunas do rosado, as águas termais em Mossoró, a Lagoa do Piató em Assu, o Lajedo de Soledade em Apodi e a Barragem Armando Ribeiro em Itajá, as salinas, o petróleo, a fruticultura irrigada, os lugares de memória concentrados em Assu e Mossoró e os eventos culturais programados, é não é minha área, é apenas o contexto turístico dessa região. A área d influência é constituída de dezessete municípios onde iremos trabalhar, a caracterização da área considera os aspectos físicos tais como: condições climáticas, geologia e geomorfologia, solo, vegetação, recursos hídricos e espaços urbanos, aspectos sócio econômicos, aspectos institucionais considerando a estrutura estadual com a secretaria, comunidade e o Conselho Estadual e Regional que é esse

que estamos hoje presente, essa instância de participação e contribuição e a estrutura municipal, onde fiz questão de fazer destaque porque é importante que a gente venha reconhecendo, pois as vezes estamos dentro do município e até mesmo dentro do órgão e não reconhecemos o que ralmente está acontecendo e apenas quatro municípios dispões de estrutura para o turismo, esse era o dado que tínhamos na época, e os município que querem se inserir nesse processo tem que ter no mínimo uma estrutura administrativa que possa receber, compartilhar e acompanhar a implementação, apesar desse recurso ser administrado pelo Estado, é importante para o município saiba como ele vem sendo aplicado. E de uma maneira geral, não possui Conselho de Turismo em funcionamento com exceção de Apodi, Mossoró e Porto do Mangue, como também Conselho de Meio Ambiente, apesar de ter sido apresentado alguns esforços na constituição e elaboração de conselhos e dessa forma de exercício de participação que feita através de colegiado. O Polo é marcado por um enorme contraste, de um lado tema vegetação da caatinga, e como diz na minha região, a caatinga chegou ao mar, pois aqui é assim de um lado tem caatinga e do outro o mar, ou seja, tem um contexto ambiental em linhas gerais, um contraste muito grande, por isso possui uma diversidade e uma fragilidade muito expressiva, são os dois ecossistemas mais frágeis, sendo o rio Grande do norte palco disso, então temos que ter um olhar muito grande, onde oitenta e dois por cento do Estado está dentro desse bioma caatinga e o resto é litoral. Os principais ecossistemas são as praias, dunas e lagoas e as principais formações são a caatinga e os manguezais para aumentar ainda mais nossa preocupação. As áreas protegidas e para conservação na verdade pouca coisa vem sendo protegida e delimitada, apesar do grande esforço que em épocas atrás foram feitos para que pudéssemos estruturar um sistema estadual de unidade de conservação nesse Estado, sendo um sistema novo e que aqui no Estado vem sendo implementado há mais de seis anos talvez, mesmo assim algumas unidades e áreas foram previamente limitadas ainda necessitando de cuidado porque para a criação de unidade de conservação temos um rigoroso critério de identificação, delimitação, estudo e aprofundamento envolvendo áreas diversas para que possamos instituir uma unidade de conservação, mais aqui na região existe cinco identificadas e apenas duas instituídas essa é a informação que tenho até a data que estávamos trabalhando em dois mil e nove que é a Reserva de Desenvolvimento Ponta do Tubarão que é a categoria de Unidade de Conservação e a Flona - Floresta Nacional que é federal ministrada pelo IBAMA. As áreas de maior fragilidade são o Complexo das Dunas do Rosado, uma vez que está susceptível a invasão e ocupações irregulares o que comprometia os principais elementos naturais existentes, os manguezais um ecossistema bastante frágil e responsável pelo equilíbrio do ecossistema fluvio - marinho, a caatinga que tem provido grande parte da energia necessária a atividade produtiva do Estado e a subsistência de populações locais. Os principais impactos já foram apontados e isso vem ocorrendo em todos os três Polos pelas características ambientais que constituem esses Polos que são: a implantação de empreendimentos turísticos sem infraestrutura adequada, a devastação dos mangues, a devastação e desmatamento da vegetação em perda da biodiversidade, descaracterização da paisagem em áreas, poluição de águas, mudanças da paisagem natural com efeitos negativos para o turismo e sabemos que aqui tem um conflito sério entre as atividades petróleo, salina e camarão e turismo que são importantes para o desenvolvimento do Estado mais temos que trabalhar a integração e minimizar o conflito e tensão que existe no desenvolvimento dessa região com essa base fundamental através dessas atividades e conciliar essas atividades, e o turismo que está chegando depois terá um pouco de dificuldade de se inserir provavelmente por esse conflito e a descaracterização de atividades econômicas tradicionais. A base legal é que essa região infelizmente tem pouca norma estadual institucionalizada, então o litoral da Costa Branca que chamamos de litoral oriental, ele já tem o zoneamento ecológico econômico que veio há mais de quinze anos subsidiando e ajudando a implementação e ajudando com maiores danos e degradação ambiental, pois existia uma norma estadual que tem mais facilidade de se aproximar do investidor e no caso do Costa Branca com características tais ele não dispõe ainda desse traba-

lho e desse instrumento que inclusive está apontada como uma das ações. Então pela ausência desses instrumentos normativos como, planos diretores que nem todos os municípios tem, apesar de fazer parte de um polo turístico que é uma exigência do estatuto da cidade dispor, os municípios e o Estado recorrem as normas federais e estaduais para gestão e controle do uso e ocupação, então é esse trabalho que temos. Hoje existe um trabalho nessa região que parece ser mais efetivo que em outras áreas principalmente em Areia Branca, aonde vem se discutindo o Projeto Orla que é outro instrumento de controle de gestão e de acompanhamento que vem sendo extremamente recomendados para todos os municípios litorâneos e principalmente aqueles que pretendem requalificar seus trechos de orla, então no litoral o projeto orla irá entrar muito mais como um instrumento corretivo e aqui no Costa Branca ele entra como um preventivo por se tratar de uma área, ou seja, de um trecho ainda não consolidado. Nos aspectos institucionais, ocorre algo parecido com o aparato legal, onde o Conselho foi instituído pelo esforço do Governo do Estado que vem constituindo isso sendo um canal muito importante, mais preciso e legítimo de participação, pois aqui existem vários segmentos onde se coloca em discussão todos os municípios e as demais instituições também são interessadas na discussão, nos diversos setores é importante a constituição, o funcionamento e a manutenção, principalmente no acompanhamento da aplicação dessas ações. E no âmbito municipal, verificou-se que a maior parte dos municípios possui estrutura administrativa para a gestão ambiental, porém o mesmo não ocorre em relação ao turismo. Há dois ou três anos atrás, o Ministério de Meio Ambiente fez um trabalho de capacitação, pois é uma experiência que foi válida por isso estou mencionando, uma capacitação de gestores municipais, que for gestor público aqui sabe que isso foi ampliado no Estado para os cento e sessenta e sete municípios e nele trazia uma discussão da comissão que envolve município, união e estado para constituir o sistema estadual de meio ambiente e esse sistema requer a institucionalização de um órgão de estrutura como a de um Conselho, para ele se transformar legítimo e constituir o seu sistema, e talvez isso houve uma contribuição, falo isso em relação a minha experiência, embora não tenha feito nenhum estudo sobre o tema, mais acho que a partir desse colegiado, e sua importância tenha incentivado a estimular a instituição dos mecanismos de participação nos municípios do Polo, é muito interessante. Planos e projetos, o termo de referência recomendada, sendo uma preocupação muito válida, seria identificar no Estado o que vem sendo desenvolvido, que venha contribuir ou complementar e talvez, e que não venha a conflitar com os agentes presentes no PRODETUR e para isso identificamos uma série de programas com muita dificuldade para identificar, porque o setor público ainda é muito terceirizado, e não temos acesso aos diversos relatórios de atividades dos órgãos individualmente para neles contextualizarmos quais os programas de fato vem ocorrendo, e nessa reunião onde fomos a Caicó, fui surpreendida pelo trabalho que vem sendo feito com diversos ministérios envolvidos de mapeamento de toda a região do Seridó em termo de zoneamento territorial, e antes não havia esse trabalho feito e isso é uma forma de sempre estarmos acompanhando e isso é importante divulgar em Fóruns como esse, porque às vezes em um momento de elaboração quando se trabalha somente uma atividade, não conseguimos entender. E a idéia é que possamos complementar ações que já estão sendo realizadas com esse recurso. Destacamos as principais tensões de conflitos, onde as praias são consideradas semi - desertas, uma vez que o fluxo turístico é bastante reduzido, a atividade turística do Polo surge como complemento as demais atividades econômicas, não se caracterizando ainda como agente transformador do espaço e da paisagem litorânea, ou de tensões e conflitos com outras atividades como vem ocorrendo nas instalações petrolíferas, viveiros de camarão. A caatinga caracteriza a maioria dos municípios do Polo, por incrível que pareça, estamos em um Polo denominado Costa Branca mais a maior característica do bioma caatinga avançando até os limites da faixa litorânea, e ao longo do tempo tem provido grande parte da energia necessária às atividades produtivas do Estado e a sub existência das populações locais e em conseqüência sofrendo sérios impactos ambientais resultando significativa redução di recurso florestal com reflexo em nível sócio-econômico. Dunas e la-

goas são ambientes frágeis de perfil ecológico com grande recarga de subterrânea e de alimentação. As Dunas do Rosado localizadas no município de Porto do Mangue são consideradas os atrativos turísticos mais importantes da região e requer uma urgente regulamentação para que a atividade turística ocorra de forma sustentável. Os manguezais transformados ao longo do tempo para dar lugar às salinas e aos viveiros de criação de camarão, além da inadequada disposição de lixo e alimentos domésticos industriais. As principais tensões e potenciais conflitos entre o desenvolvimento turístico e outras atividades do Polo estão relacionadas a fragilidade dos recursos naturais que ao serem utilizadas para fins econômicos correm o risco de degradação, essa é a maior problema de se administrar e de implantar qualquer ação nesse sentido. O diagnóstico nessa fase da AE trazia muito mais uma questão de conclusão para que nossas recomendações tivessem um foco, fossem direcionadas para aquelas lacunas que a linha de base apresentava na hora que a gente consolida isso em seis grandes pontos, onde o turismo encontra-se nesse Polo em processo de desenvolvimento, sendo fundamental a valorização dos produtos que melhor consolidem a imagem de cada destino. A sustentabilidade da atividade, que é o que buscamos, exige esforços significativos para promover a inversão das variáveis que atualmente funcionam no seu desenvolvimento que são: as lacunas de infraestrutura de serviços existentes, deficiência do aparato institucional, a falta de capacitação profissional do próprio empresariado, a visão ainda limitado do que fundamenta a gestão urbana, a dualidade do ativo turístico com o ativo ambiental, sendo duas coisas importantes que precisam se conversar e entendidas com sua gestão integrada e a fragilidade do processo de participação. Então a partir das ações identificamos esses tipos com os investimentos e valores avaliaram-se cada uma dessas ações e qual impacto que cada uma tinha nas diversas dimensões: ambiental, econômica, sócio espacial e política institucional. Então é esse o retrato da fragilidade das regiões de todo o Estado do Rio Grande do Norte, existe fragilidade que ainda não está superada nessas três áreas esse não tivermos o cuidado cada vez mais de evitar e minimizar impactos que venham a contribuir para a maior degradação nesse sentido ao invés dele durar pelo resto da vida, irá durar de em média de dois a três anos, e para isso é importante diversificar esses destinos para que eles possam ser uma atividade econômica que tenha diversidade e atração para os diversos segmentos. E para isso trabalhamos por estratégias, compomos essa matriz que dá uma visualização do impacto, da dimensão dele de como ele está qualificado em termos de grau e quais medidas mitigadoras se ele for positivo ou negativo a gente propõe a partir de cada uma dessas dimensões. A dimensão não foca de uma forma muito ampla, direcionamos tendo previamente conhecimento da ação, pois sabíamos que dentro de cada uma delas o que era mais importante avaliar do ponto de vista de impacto, no caso do meio ambiente, os recursos naturais eram bases das ações que irão ser implementadas utilizando este recurso. No econômico era a questão do empreendedorismo de competitividade, é nessa busca que estamos, mesmo assim queremos a garantia a absorção da mão-de-obra local, ainda trazer o desenvolvimento de uma forma que a mão-de-obra não seja absorvida para ver um deslocamento ou migração para outras áreas do Estado, e aí a nossa mão-de-obra local não ser aproveitada, temos que saber qual a nossa capacidade e que tipo de atividade vamos absorver para que possamos utilizar essa mão-de-obra. Sócio espacial: os aspectos estão relacionados à identidade cultural, onde cada comunidade possui sua identidade, nessa região tem muita cultura é importante que se mantenha essa identidade cultural que possamos transformá-la em produto. Político Institucional: é envolver a capacidade institucional dos municípios para a gestão das políticas públicas para que fortaleça o papel de governança que é a sociedade civil e o setor público juntos na tomada de decisão da política de turismo. Por exemplo, no Costa das Dunas no componente estratégia do produto turístico tem uma ação que é elaborar um plano de ecoturismo para o litoral de Areia Branca e implantar um plano de ecoturismo e de caminhos turísticos e interpretativos de Guamaré – Galinho, como também, um projeto piloto de sinalização das salinas, procurou juntar pela região que essa ação se desenvolve, então é uma ação que na dimensão ambiental, econômica e até parte da social é positiva. E num

grau médio porque na hora que você tem e elabora um plano você está elaborando um instrumento que lhe controla e auxilia na gestão e implementação da atividade ecoturismo, sendo positivo para o meio ambiente, podendo trazer dano se ele não passar. Colocamos em seguida na medida mitigadora que devem ser observadas as limitações voltadas a conservação, o uso sustentável dos ecossistemas, estabelecimento de mecanismos de ordenamento do uso que permita a harmonização das características ambientais e dos interesses, essa é uma medida que em outra matriz é transformada em uma recomendação para que na hora da elaboração do plano faça parte inclusive dos termos de referência que oriente a elaboração desses instrumentos. Outro componente foi na estratégia de comercialização, que foi a elaboração do plano de marketing do ponto de vista ambiental trás como impacto a valorização dos atributos naturais como atrativo turístico, é um impacto positivo, mais imediatamente do ponto de vista ambiental, ele pode dependendo de como for fazer, trazer riscos a degradação dos atributos naturais com aumento indiscriminado se não for bem dimensionado, do fluxo turístico decorrente da atividade e comercialização desses destinos, para isso, na dimensão ambiental na elaboração e recomendações que devem elaborar este plano deverão ser incluídos os instrumentos de controle do crescimento quantitativo e qualitativo dos fluxos turísticos com base nos limites da capacidade de carga dos principais atrativos. Pois o plano de marketing é atração de mercado é trazer turistas. E do ponto de vista econômico também é positivo porque aumenta o potencial divulgação e comercialização favorecendo a competitividade e o empreendedorismo, mais para isso precisamos do aparelhamento e manutenção da estrutura receptiva que assegure a qualidade dessa destinação, não adianta divulgar se não tem capacidade de receber. E dentro do ponto de vista econômico pode ser negativo quando ele pode trazer mudanças nas formas de exploração econômica da região afetada pela prestação de serviço, para evitar isso, a medida preventiva deve ter a instituição de programas de desenvolvimento local para que as atividades tradicionais possam associar ao turismo contribuindo para renda familiar. Então cada medida dessa e para cada impacto, trabalhamos dessa forma para identificar todas as recomendações e quais as medidas que devem ser observadas. Tanto com os impactos positivos serem as medidas de caráter preventivas e corretivas quanto os impactos negativos a adequação e potencialização delas. As medidas mitigadoras no geral estão voltadas para manutenção e conservação da qualidade ambiental dos produtos e destinos, a constituição de diretrizes para a gestão coordenada, e condução das decisões políticas do turismo com o apoio dos setores públicos e da sociedade civil, as possibilidades de direcionar investimentos de forma ambiental formalmente adequada e para a melhoria da capacidade das gestões dos setores governamentais e empresariais e a partir disso construímos um cenário tendo como referência, onde existia a situação atual sem ser observada nenhuma ação de planejamento, em seguida veio o cenário de desenvolvimento que foi apontado pelas ações do PDTIS e a partir dele com essas indicações das medidas mitigadoras e contribuição dos atores especialistas que muito contribuíram para tomada de decisão, para construirmos um cenário de desenvolvimento social que agregava todas essas condições, esse é o cenário de desenvolvimento que deve ser almejado para o turismo nos três Polos. A partir da situação encontrada e das estratégias de desenvolvimento adotados no PDTIS foi construído um quadro relacionando as conclusões e considerações apontadas nessa EA com intuito de assegurar a inclusão da estratégia de todas as ações incorporando a dimensão ambiental em seu conteúdo e recomendando as medidas adicionais preventivas de controle e riscos ambientais decorrentes do desenvolvimento da atividade turística no Polo. As premissas que devem ser observadas e consideradas nas políticas são projetos de invenção que deva ser acompanhada a elaboração dos respectivos estudos ambientais recomendado pelo licenciamento ambiental garantindo a sustentabilidade das obras, que é uma das coisas que mais preocupa o órgão que irá financiar os recursos do PRODETUR é a questão das obras que deve ser uma gestão muito bem acompanhada porá que depois não tenhamos um passivo ambiental por razão por falta de acompanhamento. Definição prévia dos parâmetros e critérios ambientais de urbanísticos a serem exigidos

pelos municípios e órgãos licenciadores na elaboração e execução das obras. Obras administradas segundo o protocolo de gestão ambiental determinado pelo órgão estadual executor. Estímulo aos municípios na construção e aplicação dos instrumentos de ordenamento territorial e no fortalecimento das gestões integradas das políticas públicas especialmente turismo e meio ambiente. Criação das sanções necessárias para o estímulo à ampla participação social na concepção do desenvolvimento integrado do turismo segundo uma perspectiva de sustentabilidade. Fortalecimento do empresariado local e qualificação da mão-de-obra em busca de complementar o interesse coletivo. Essas recomendações finais buscaram agrupar para facilitar o acompanhamento, quando se tratar da ação de obras a partir do impacto que foi identificado. Quando se tratar de conservação e uso sustentável do patrimônio cultural também foi agrupado quais são as medidas que devem ser acompanhadas e quais as iniciativas que devem ser adotadas pelos municípios e pelo Estado. Quando se tratar de patrimônio histórico cultural, a melhoria da qualificação profissional, quando se tratar de sinalização e atendimento ao turismo, quando for comercialização de produtos que está exatamente voltado para o plano de marketing. O fortalecimento institucional ao que se deve levar em consideração e aqui se busca fortemente a qualificação do efetivo dos municípios principalmente na área ambiental, do turismo e de uso e ocupação do solo urbanístico, valorização de novos atrativos turísticos e na gestão ambiental. Ainda como foi feito no PDTIS o monitoramento, era exigido que definíssemos algumas diretrizes de avaliação do programa como instrumento de avaliação que já é a própria AE e depois apontamos algumas diretrizes entre as quais tem que ser transformado sempre que possível todas essas recomendações em objetivo que possam avaliar pelo grupo de indicadores de sustentabilidade permitindo monitorar e acompanhar a implementação das ações previstas nos PDTIS. As recomendações desta AE devem ser revistas após o cumprimento, após os dezoito meses que foi falado e ainda estamos discutimos que por se tratar de uma área especificamente na maioria ter planejamento, vamos propor que ela seja acompanhada após os dezoito meses feita uma avaliação com os quatro anos de primeiros investimentos e no futuro de dez anos possamos dispor de uma nova avaliação da aplicação e monitoramento dessas ações e do programa no Estado. As considerações finais foram na busca de tentar agrupar as seis linhas de ações que deveriam formular uma estratégia comum para o turismo no Estado e para cada um dos Polos que é a integração das políticas setoriais com ênfase na integração e articulação integrada pela política de turismo e meio ambiente. Construção de bases institucionais e fortalecimento dos órgãos gestores tanto estadual quanto municipal priorizando a capacitação de pessoal, provimento de instrumento de gestão, planejamento e monitoramento. Na qualificação do profissional local incluindo a mão-de-obra vinculada a produção associada do turismo, porque não só o pessoal que está voltado ao turismo, às outras produções que tem associação com o desenvolvimento da atividade turística elas devem ser capacitadas e incluídas nesse contexto. Valorização de novos atrativos e a qualificação urbanística e paisagística do sistema mediante obras executadas sob a orientação de parâmetros da sustentabilidade. Manejo sustentável dos atributos naturais da paisagem para fins turísticos inclusive com o fortalecimento do sistema estadual da unidade de conservação. Fortalecimento da ampla participação social por meio de incentivo a mobilização dos diversos segmentos pela criação dos colegiados e realização de campanhas e treinamentos, concluindo assim sua participação a Senhora Josenita Dantas. A Senhora Sânzia Cavalcanti agradece a apresentação passando a palavra para o Gerente Executivo de Turismo do Município de Mossoró, o Senhor Sílvio Mendes Júnior que deseja boa tarde a todos inicia sua fala externando o respeito que tem pelo trabalho da Empresa Start, e relato o fato estranho de Mossoró ter sido excluída dos investimentos, onde no projeto fala maravilhas de Mossoró e por este motivo talvez tenha sido condenada em não receber nenhum investimento, onde faz um registro que é favorável e acha plenamente justa os investimentos na região litorânea, porém vem acompanhando o trabalho do Ministério do Turismo há bastante tempo no sentido de interiorizar e regionalizar o turismo e entende que ficou um pouco na contramão na medida em que não foi identificado Mossoró nenhuma

possibilidade de ampliar as suas condições, não sendo identificada a possibilidade de um projeto termal que Mossoró possui uma vocação de referência, não foi considerada a possibilidade de nos dar mais suporte a todas as ações que a gente vem desenvolvendo no caso do corredor cultural, o complexo da Praça da Convivência onde é um espaço singular do Nordeste e talvez do Brasil, então quero fazer essas considerações, também tem o aspecto de Mossoró possuir salinas, então queria deixar registrado que na verdade estranho Mossoró ter ficado de fora, talvez seja o fato de Mossoró ter se denominado o "País de Mossoró", mais quero de certa forma parabenizar o trabalho técnico, e acho que o município por ter mar não pode ser excluído dessa forma, de qualquer forma está feito o registro e quero aproveitar esse espaço para convidar a todos que agora dia quatro vai acontecer a abertura do Mossoró Cidade Junina e distribuí uns folhetos com os Senhores com toda a programação, dia quatro que é a abertura da festa com o Pingo do meio dia que é uma tarde interessante que vale a pena os Senhores conhecerem que não conhece ainda, e também convidar para todo o mês de junho que temos essa festividade. Também queria fazer mais uma observação, como não foi identificado esse potencial termal, vamos ser contemplado agora com o Parque Nacional Fumaça, quer dizer é uma série de equipamentos que irão precisar de investimento como o caso do aeroporto que não é somente de Mossoró e sim regional, então queria deixar isso registrado, finalizando assim o Senhor Mendes Júnior. Representante da ACIM – Associação Comercial e Industrial de Mossoró, Antonio Jales de Miranda deseja boa tarde a todos e parabeniza as apresentações dizendo que foram bastante técnica e bem especializadas e conduzidas e gostaria de reiterar sobre o que foi colocado pelo Senhor Sílvio Júnior, que o mesmo sentiu falta de Mossoró nos investimentos sobretudo no aspecto de meio ambiente tendo em vista que a cidade de Mossoró também tem áreas e situações ambientais com parques, rio que corta a cidade, e é semi-árida, ficou de fora do maior investimento que salvo engano são quatro milhões para pesquisa na área ambiental, sobre áreas de trilhas ecológicas e sobretudo em outras áreas como já foi falado aqui, e também gostaria de deixar uma colaboração e um alerta que realmente foi fundamental essa apresentação porque quando a Senhora Keila Brandão citou que o Ministério do Turismo ele recomendou que se trabalhasse o litoral realmente se tornaria num grande diferencial para o Ministério em relação aos termos administrativos e de recursos porque iria ser uma coisa específica, é uma ideia que é realmente para ser discutida, e que sabe criar até um Polo Semi-árido do Sertão incluindo Mossoró e Apodi como outras cidades que não tem praia, apesar de ter praias há poucos quilômetros de Mossoró que é o caso de Tibau e Areia Branca, e se realmente focarem isso no litoral talvez seja muito mais produtivo. Outra colaboração que gostaria de deixar é no sentido da cidade legal, pois o mais importante disso tudo aqui do PDTIS é justamente o que foi falado em relação às cidades se tornarem legais, ou seja, oportunas para investimentos privados ou públicos, como: fazer seu plano diretor apesar de que as cidades que possuem vinte mil habitantes são obrigadas a ter o plano, mais é fundamental e Areia Branca já possui e Mossoró também e se todas as cidades puderem ter o empresário e investidor, até mesmo o Governo Federal e o Poder Público Estadual, para se fazer investimento em infraestrutura e obras para ter uma cidade legalizada, como a delimitação da área, a regularização fundiária, porque hoje existem vários investidores que deixam de investir na cidade porque a mesma não está regularizada nem definida ambientalmente e muitas vezes isso trava um grande investimento turístico numa cidade, e o PDTIS preciso disso, sendo parte dos gestores realmente lutar por isso para poder receber esses investimentos, por fim, agradece a participação e enfatiza a importância e se coloca a disposição para sempre colaborar com o Polo Costa Branca, encerrando assim sua participação o Senhor Antonio Miranda. O Chefe do Departamento de Turismo da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Senhor Roberto Rangel Pereira diz que foi mencionado sobre pesquisa de demanda e que isso é fundamental para o inventário turístico e conseqüentemente para o planejamento turístico, então como a Senhora explica essa questão do olhometro como foi definido, uma coisa tão importante, pois se for fazer um inventário e não tiver a pesquisa de demanda, para até ter tem-

po para isso, então como se explica isso? Pergunta o Senhor Roberto Rangel. E a Senhora Sânzia Cavalcanti informa que ao final a Senhora Keila Brandão fará as considerações passando em seguida a palavra para o Presidente da Cooperativa de Turismo – COOPTUR, o Senhor José Rodrigues da Costa onde informa sobre um problema muito sério que temos em toda a orla do Rio Grande do Norte que é justamente o avanço das marés e acha fundamental que deveria ter feito parte desse estudo era muros de contenção para evitar esse avanço do mar, porque aqui em nossa região entre Grossos e Tibau temos uma párea de terra que o mar já avançou aproximadamente cinquenta metros e se nós não tivermos preocupados com esse problema que é o avanço do mar, pouca gente irá investir na região, pois em Tibau numa determinada área o mar invadiu e quebrou até a estrada. Então acredita que a construção de muros de contenção nessa região seria altamente importante, e enfatiza que o maior potencial turístico que temos em todo o Polo Costa Branca se chama água termal, e lamentavelmente as autoridades não tem despertado para isso e acredita que Mossoró por ser uma cidade potente com bastante dinheiro, houve uma pouca preocupação, porque a Cooperativa de Turismo elaborou um documento e entregou tanto a Governadora Rosalba Ciarlini como a Prefeita Fátima Rosado e o primeiro item que focalizamos foi o aproveitamento das águas termais e isso a Cooperativa nem resposta recebeu e parabeniza o Senhor Sílvio Júnior por ter defendido Mossoró e também defendo, conclui o Senhor José Rodrigues. O Prefeito de São Bento do Norte, Senhor Luiz Lucas Alves Júnior deseja boa tarde a todos e coloca algumas observações em relação ao plano que estamos falando em plano de desenvolvimento, então nesse plano tem que constar o máximo de assuntos que pudermos constar nesse plano, a questão de busca de recursos e financiamentos se o banco não financia é outra história mais em relação ao plano tem que integrar o máximo que pudermos e enfatizo a questão de solidariedade com Mossoró, pois dentro do Polo Mossoró tem uma representatividade fundamental, até como porta de entrada e nas várias discussões que tivemos durante o decorrer da elaboração do plano, foi muito bem colocado a questão do aeroporto sendo uma porta de entrada para o próprio Polo, então Mossoró jamais poderia ficar fora desse contexto e tomando com base o Município de São Bento, às vezes tentamos conseguir alguns recursos e esbarra sempre na questão de projetos e foi muito bem colocado a questão do plano em cima da elaboração de vários projetos, então esse é o momento de pensarmos nisso, e caso tivesse projetos elaborados dentro do município de São Bento, e às vezes não conseguimos por falta de recurso e de profissional adequado, teríamos condições de captar esses recursos de outras formas não só através do PRODETUR. Então o importante é frisar e elaborar esses projetos dentro de um contexto regional de desenvolvimento, e outras coisas que foram colocadas em outras reuniões e que não vi fazerem parte do plano e na versão anterior do plano constavam foi a questão de estradas do sistema viário de interligação entre os municípios até porque a gente fala em potencialidade de contemplação e isso não pode haver se não tiver interligação entre os municípios e anteriormente havia uma previsão de recursos para elaboração dos projetos e inclusive alguns recursos alavancados para implantação de alguns projetos com o caso da ponte de Macau e todo o percurso de interligação dos municípios estavam previstos anteriormente, então falo isso em relação a São Bento principalmente porque somos a interligação entre dois Polos e isso dificulta para gente, porque às vezes somos esquecidos por um Polo e pelo outro, e há uma integração entres os prefeitos do entorno que envolve os dois Polos Galinhos, Caiçara, São Bento, Pedra Grande, São Miguel do Gostoso e Touros que já envolve o outro Polo e há um entendimento entre a gente que a façamos essa interligação entre os municípios independente de conseguir recurso ou não, já há uma predisposição porque temos uma associação regional que todas as prefeituras fazem parte da mesma associação onde tem algumas máquinas e já conversamos sobre isso porque existe um entendimento entre os municípios em fazer essa interligação de forma mais simplificada menos onerosa. É interessante que se contemple essas coisas, mesmo que não se afinque recursos para implantação, mais pelo mesmo para elaboração do projeto para que os próprios prefeitos possam buscar recursos de outras formas. De uma forma geral

foi boa a apresentação, justamente na questão de contemplação do Município de Galinhos, pois tem um problema sério de água que foi discutido durante as reuniões e foi bem contemplado dentro do plano e tem que permanecer e ser investido em cima disso, Galinhos hoje é um dos municípios que tem um apelo turístico mais forte dentro do Polo, e isso tem que ser reforçado e valorizado por nós sendo ponto de partida para que sirva outros municípios consigam agregar os mesmos potenciais que Galinhos tem, encerrando sua participação o Senhor Lucas Júnior. O Representante do Município de Carnaubais, Senhor Carlos Augusto P. da Silva explica que a única reunião do Polo que participou foi a da eleição e infelizmente por questões de determinação da própria prefeitura não mais participou, porém a documentação que a Empresa Start solicitou por e-mail, o município enviou e observamos que a exemplo de Mossoró onde o Senhor Sílvio Mendes reclamou o município de Carnaubais também foi contemplada apenas com ações gerais e nada específico e ela faz parte de um contexto, pois saindo de Apodi indo por Mossoró e Areia Branca e voltar para lá passa por Carnaubais, da mesma forma se vier por Assu para chegar a Mossoró passa também pela cidade, então nas informações passadas para Start tinha questão de trilha, que tem na cidade uma floresta de carnaúba sendo uma planta que está se acabando, tem bastante evento durante o ano, eventos esportivos que agrega a Copa Norte-Nordeste, por exemplo, e de acordo com o que colocado na apresentação assim como Apodi, Mossoró foi contemplada recentemente com esse parque descoberto a Furna Feia e gostaria de dizer que qualquer iniciativa na cidade de Carnaubais existem várias ações de impactos que tem causado na carnaubeira, na água, na caatinga, a mão-de-obra também não é respeitada e tudo isso é necessário para que sejam investidos no município e por último gostaria de pedir que colocassem o site onde pudéssemos pegar esse plano de trezentas páginas, porque de um modo geral o município de Carnaubais foi somente em ações gerais que termina se apagando, conclui o Senhor Carlos Augusto. A Representante do SPU – Secretaria do Patrimônio da união, Senhora Yeda Cunha de M. Pereira parabeniza pela referência que temos das duas coordenadoras que apresentaram o plano e considera muito bom o trabalho até porque temos o privilégio de ter as duas coordenando esse trabalho tanto do AE como do PDTIS e faz algumas considerações em relação a AE que foram colocados como prioridades para a questão dos impactos falésias, dunas e não foram colocadas as praias acho que é o primeiro impacto inclusivo e mais frágil são as praias, e teria que ser colocada ali porque ela é a primeira área a ser ocupada desordenadamente e essa luta que a gente vem tendo vem de muito tempo e em muitos municípios aqui presentes e sempre a gente vem discutindo o desordenamento da orla, que precisamos urbanizar essas orlas para poder termos condições de barrar essas invasões às praias e até mesmo ao mar e isso é uma coisa realmente precária onde vemos em praticamente todos os municípios aqui presentes existem construções precárias na praia, e esta é uma área extremamente frágil do ponto de vista ambiental, não é porque ela é uma área pública de uso comum, mais porque ela também é do ponto de vista ambiental extremamente importante. Em outros países são cem metros da praia que se pode ocupar, são quinhentos metros da praia que se pode ocupar e aqui a gente vê as praias sendo invadidas com coisas realmente precárias sem esgotamento sanitário e sem saneamento básico, ou seja, sem a menor condição para isso, então acho que precisava colocar alguma coisa nesse sentido no PDTIS em relação ao ordenamento de uso desse espaço que é o espaço da orla que não pode ser utilizado, pois a praia está sendo ocupada hoje indevidamente e precisamos fazer o resgate desse espaço e em relação ao que o Senhor Rodrigues colocou, não há dúvidas sobre as tragédias que estão surgindo e precisamos exatamente fazer essa prevenção do que não existe ainda e fazer correção do que está precariamente destruído, encerra a Senhora Yeda Cunha. O Representante do Sindicato de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares, Senhor João Sabino de Moura deseja boa tarde a todos enfatiza sobre a questão do plano de desenvolvimento achando muito interessante porque em turismo nada acontece por acaso tudo é muito demorado, mais essa demora pode ser reduzida se começarmos, em relação à preservação, então o planejamento apesar de não haver data definida mais é um início, e na atividade turística as

coisas se plantam em longo prazo e em relação a preservação do meio ambiente e sustentabilidade por essas razões já me deixa feliz na qualidade de investidor e empresário desse segmento, quando começar a implantar todas essas metas que são amplas e foram bem explicadas precisamos também quantificar essas etapas e acredito que nas reuniões seguintes a gente já começa com o detalhamento melhor desse plano, e a preocupação maior em relação a preocupação citada sobre Mossoró, a minha opinião é que Mossoró está contemplada, foi só uma expectativa, mais não devemos nos assustar porque a cidade está contemplada dentro do plano com diversas oportunidades, é a cidade que tem história, economia, cultura ou seja, uma série de atividades que com certeza como porta de entrada irá cobrir todo o Polo e não merece essa preocupação, claro que cada um como representante de sua cidade se mexe quando não foi citado com medo de ficar fora, mais não merece preocupação pois além de já ter sido contemplada, continuará sendo, conclui o senhor João Sabino. O Senhor Antonio Miranda informa que uma tecla que tem que ser batida é a questão do litoral, pois não queremos um litoral comum como os outros, onde o próprio estudo está recomendando isso é a ciência e a técnica e não nós, pois litoral comum em todo lugar tem e o Costa Branca ainda está com essa chance principalmente a cidade de Areia Branca que tem o maior número de praias da Costa Branca, então temos oportunidade de ter um litoral único e diferenciado no Brasil, pois o nosso litoral é paradisíaco, nativo e ecológico por natureza então não podemos perder essa chance de ser uma Costa Branca ecológica e natural que é única e exclusiva até agora, já esse segmento ecológico é o que deixa mais divisas para a região, conclui o Senhor Antonio. O Senhor Souza dar algumas contribuições no sentido de que esse momento foi muito aguardado já que o PDTIS é uma ferramenta muito importante para que a gente possa dar sequência às ações pensando num turismo de forma regional. Entendi que o trabalho que foi feito pela Empresa Start no meu ponto vista foi a gente pensando que o nosso maior patrimônio da Costa Branca é o ambiental, é o patrimônio natural que temos e que muitas vezes ainda pouco explorado, então se não tivermos uma regulamentação e um estudo do impacto do turismo nessa nossa área, talvez o turismo não seja essa fonte de que a gente entende que seja para nossa região, então por isso que precisa fazer todo o diagnóstico e planejamento de como o turismo irá acontecer em nossa orla e por isso os municípios mais sensíveis são os que estão no litoral, então Mossoró como o Senhor João Sabino mencionou não precisa ter essa preocupação pois está contemplada, Mossoró é o destino indutor do Polo, sabemos que esse planejamento foi feita uma projeção para dezoito meses de ações que são fundamentais para que possamos realmente pensar o turismo na região, o aeroporto de Mossoró tem sua importância e vamos discutir essa importância mais não adianta pensarmos agora no aeroporto se não temos como o turista irá chegar em nossa região e não ter para onde ele irá se dirigir em nossa região, é preciso que antes do aeroporto a gente pense em voos regulares, em fluxo de turistas, não adianta darmos um passo sem saber antes para onde esse turista vai e de que forma iremos recebê-lo, então entendo que o aeroporto está como uma prioridade futura e acho que de imediato devemos pensar nessa regulamentação da atividade turística na região porque todos nós defendemos que o turista virá para Mossoró e vai passar por Areia Branca e Grossos, então precisamos pensar em uma forma regional, senão não iremos desenvolver o turismo na região da Costa Branca. E mais uma vez chamo atenção para aquela comissão que ficou responsável para elaboração do Calendário Turístico de eventos do Polo Costa Branca, onde Mossoró ficou a frente que será apresentado na reunião ordinária, então é importante que já se organizem as reuniões porque será pauta da próxima reunião, e como Secretário faço aqui o registro que o Representante de Macau pediu para registrar sua ausência, pois houve um fato pessoal de última hora e apesar de ter confirmado a presença não pode se fazer presente na reunião, conclui o Senhor Souza. A Senhora Sânzia Cavalcanti agradece as considerações dos Conselheiros porque a finalidade de estarmos aqui é justamente essa deliberativa e discutir as políticas públicas em prol do desenvolvimento do turismo no Polo e considerar que não estamos vendo o município de forma individualizada e sim a região como um todo, como Polo turístico

da Costa Branca e ressalta mais uma vez que esse trabalho foi feito de forma conjunta, em especial essa matriz sob o direcionamento dos investimentos foi construída a partir das oficinas realizadas aqui a partir do diagnóstico encontrado e do trabalho da consultoria com opiniões também da Secretaria de Turismo e recomendações tanto do Ministério como do BID e dizer que nenhum município foi totalmente excluído dos investimentos do PRODETU Nacional, absolutamente nenhum município, tanto Mossoró como Carnaubais foram contemplados sim com o diagnóstico, demanda e oferta de capacitação, a implantação de cursos de capacitação, postos de sistema de informações, plano de marketing e gostaria agora de passar a palavra para a Senhora Keila Brandão, para e a mesma possa responder algumas considerações mais específicas, conclui a Senhora Sânzia Cavalcanti. A Senhora Keila Brandão enfatiza a questão antes citada pela Senhora Sânzia Cavalcanti, o Prefeito Souza e o Empresário João Sabino, Mossoró não está de fora está dentro dos planos e será beneficiada com recursos sendo a porta de entrada onde pensamos assim, agora com relação a grande ação que a gente pensava para Mossoró, seria a questão do aeroporto e em momento nenhum nas oficinas e diversas discussões houve uma unanimidade em Mossoró em relação se era um novo aeroporto ou a reforma do atual, mesmo assim o que foi que nós fizemos, depois dessa luta de deixar Mossoró incluída no Polo será beneficiada porque estamos fazendo estudo e está incluído no recurso do Polo Costa das Dunas que é o plano aeroviário que vai identificar todas as necessidades desse Estado que inclui Natal e Mossoró, e porque não colocamos recursos para o Polo Costa Branca? Por que penalizaria muito o Polo Costa Branca e poderia ser no Polo Costa Dunas, então existe essa ação que é o levantamento de um plano aeroviário do Rio Grande do Norte e que vai identificar as necessidades e Mossoró irá se posicionar dizendo afinal o que quer reformar o aeroporto Dix-Sept Rosado ou pensar numa nova localização para o aeroporto, pois está no diagnóstico da necessidade da região ter uma porta de entrada para aeronaves, essa é primeira questão, e dizer que eu Adoro Mossoró. A questão do turismo termal foi essa opção que foi feita a questão de privilegiar o litoral do Costa Branca. Com relação à pesquisa de demanda se a gente só fosse fazer o plano com todas as informações que desejaríamos, não teríamos feito. Então infelizmente não poderíamos parar para fazer pesquisa de demanda e outras pesquisas que o estudo estava a solicitar porque não tinha recurso nem estava no termo de referência, fizemos com as condições que nos foram dadas e espero que tenha atendido as expectativas, porque estou aqui respondendo mais a Start ela apenas é tradutora de tudo isso, de vocês, do PRODETUR, da Secretaria de Turismo, do Ministério, do BID, então é um esforço muito grande pactuar todos esses interesses, consensuar e trazer aqui para apresentar. É possível que tenham erros, mais fizemos o melhor. Com relação ao que o prefeito de São Bento fala, ele tem total razão, na primeira matriz, tinham várias estradas, o que aconteceu, na reunião de fechamento com o BID ele trouxe toda a equipe da área ambiental para checar todas as ações que estávamos propondo, o BID é muito rigoroso com relação a ações e investimentos em áreas frágeis, eles visitaram essa região e o que foi que eles propuseram, nesse primeiro momento vamos fazer estudo, o BID jamais vai ser acusado de degradar ambiente fazendo estrada, eles vieram aqui e viram a situação que estrada cortava mangue, estradas passavam em dunas e por isso que ficou tanto estudo para saber a viabilidade econômica desses acessos, porque sabemos que é um problema no Costa Branca, como podemos sair de um destino para outro, esse é o problema. Então ficou dessa forma e tentamos colocar isso em outras recomendações, e o BID disse nesse momento não, como o horizonte é de quatro anos, depois que fizerem estudos e estes apontarem e até sugerimos fazer estradas partes, que é uma modalidade agora que está em evidência, e o BID negou primeiro iremos fazer o estudo, o levantamento e todas as condições e que tipo de matérias e se podem ser feitos, se o terreno suporta e depois investimos nas estradas, foi por isso que saíram as estradas e entraram os estudos. Com relação a Carnaubais todos os municípios foram contemplados, a questão da contenção tem um estudo que é dos riscos da erosão da área costeira, então nesse momento vamos fazer o estudo e ver qual a intensidade disso e depois pensar no in-

vestimento de fazer a contenção, conclui a Senhora Keila Brandão. A Senhora Josenita Dantas complementa que a preocupação da Senhora Yeda Cunha foi válida e será incorporada, pois é assim que se constrói, mais toda a preocupação que tivemos em termo dos instrumentos de ordenamento, é exatamente integrar, o esforço que vem sendo feito pelo SPU no acompanhamento da parte praial foram incorporados no projetos de qualificação turística, foi uma das recomendações durante a missão da área de meio ambiente quando esteve aqui era essa preocupação e colocamos que já tinha disponível esse método que é o projeto orla que ele é um orientador dos projetos de intervenção, então não deu para cada ação está específica, mais naquela que cabia a preocupação com esse ecossistema frágil, a gente tem colocado os estudos e a partir disso seria implementado e dizer que temos que ter um caráter que esse plano é regional, inicialmente foi dita a fragilidade, então todos os municípios se considerarem dentro de um contexto regional, todos os municípios estão contemplados pelos planos de zoneamento por exemplo ecológico, econômico que será a base das intervenções que vão ser contempladas isso nos estudos, e no zoneamento ecológico que está previsto, o plano de marketing é de caráter regional, então necessariamente na intervenção muitas vezes é priorizado num ponto local que é o município, mais sabemos que ele trás reflexo regional, conclui a Senhora Josenita Dantas. A Senhora Sânzia Cavalcanti agradece os esclarecimentos feitos pela empresa e coloca a apresentação para validação se alguém for contrário, por favor, se manifeste. Então está validado o PD-TIS do Polo Costa Branca e agora podemos entrar em outros assuntos e em seguida o Senhor Sílvio Júnior faz um esclarecimento sobre a primeira intervenção que fez foi dizendo que era absolutamente favorável e apoiava todas as ações direcionadas aos municípios do litoral, agora a minha intervenção com relação a Mossoró baseado no projeto onde não contempla o município em nenhuma ação específica, a observação que fiz foi essa que Mossoró não pensa exclusivamente em si, pelo contrário, sempre quando tem se pronunciado é de forma regional, quero deixar isso claro, o que temos precisamos reconhecer que foi uma conquista da cidade e dos empresários, do poder público e da sua localização natural e sobre o calendário fizemos vários contatos com os municípios e agora só enviaram cinco municípios, seis com Mossoró de modo que ainda não recebemos o material para que possamos elaborar o calendário do Polo, faltam alguns municípios mandarem as suas atrações para que a gente possa reunir a comissão, pois com o material que temos não tem condições de reunirmos para poder fazermos a primeira avaliação de modo que é importante que mandem essas informações para que possamos sentar e fazer a primeira negociação, conclui o Senhor Sílvio Júnior. O Senhor Souza informa que em relação às informações dos municípios a Secretaria enviou para todos os municípios a solicitação, cabe aos municípios fazerem isso para que não chegue à próxima reunião e diga que o município não foi contemplado e isso acontece porque muitas vezes deixamos de mandar as informações, então é importante que as pessoas respondam os e-mails que encaminhamos conclui o Senhor Souza. Em seguida a Senhora Cármem Vera informa que antes de falar sobre o Salão lembrar que também solicitamos para todos os municípios que nos enviassem fotos para o nosso material promocional que será distribuído no Salão do Turismo, e os municípios que nos enviaram não tinha a resolução que solicitamos de no mínimo trezentos DPIS, então não adianta mandar fotos que não tenham essa resolução, alguns irão reenviar como Mossoró, Areia Branca. Com relação ao Salão que está se aproximando que será realizado de treze a dezessete de julho, todos vocês receberam aqueles pacotes de duas empresas que já fizeram com relação à ida de vocês ao Salão e a agência está solicitando até segunda-feira a resposta, não é para o credenciamento é para que vocês façam a reserva em hotel e no aéreo porque é um período em que São Paulo está lotada então elas precisam até segunda dessa resposta, é isso que gostaria de dizer para vocês, e enviamos um e-mail solicitando o cadastramento aquelas informações necessárias ao cadastramento e quem tiver com problema de e-mail para receber os pacotes eu tenho impresso, pode procurar após a reunião que entregarei, e dia quinze de junho iremos realizar uma reunião com todos os municípios para detalhamento da participação dos Senhores no Salão, vamos também enviar

por e-mail. Quem tiver problema com e-mail porque é impressionante, a gente manda e oitenta por cento dos e-mails voltam e não sabemos o motivo e além de mandarmos para os municípios encaminhamos também para a Secretaria Executiva e ela repassa e ainda alguém diz que não recebeu. E infelizmente tem esse problema, gostaria que vocês olhassem diariamente os e-mails, pois hoje trabalhamos com o Ministério exclusivamente por e-mail. Esse ano não irá ter o transporte para o material, porque no mesmo período está havendo um grande evento em Recife que é a feira internacional e o baú da SETHAS que é quem leva o artesanato estará nesse evento, e todos os anos a Secretaria e a EMPROTUR aproveitava e encaminhava o material promocional por ele para o Salão, mais esse ano não será possível devido essa feira, então cada um se responsabilizará por levar seu material, conclui a Senhora Carmem Vera. O Senhor Souza informa que a Secretaria irá registrar em ATA as considerações da Prefeitura de Mossoró e a manifestação de todos e pela concordância de todos aprovamos o PDTIS e a Avaliação Ambiental Estratégica - AAE do Polo Costa Branca. A Senhora Sânzia Cavalcanti informa que a próxima reunião ordinária ocorrerá dia cinco de agosto no município de São Rafael, agradecendo imensamente a colaboração de todos para a aprovação do PDTIS. Em seguida o Senhor Rodrigues enfatiza a aprovação do PDTIS com uma ressalva que é a construção do muro de contenção em toda a orla do Polo Costa Branca. E por fim, não tendo mais nenhum assunto para ser tratado a Senhora Sânzia Cavalcanti agradece a presença de todos, dando a reunião por encerrada.

Sânzia Ferreira Cavalcanti

Representante do Secretário Estadual de Turismo e Representante do Presidente do Conselho de Turismo do Polo Costa Branca

Manoel Cunha Neto

Prefeito de Areia Branca e Secretário Executivo do Polo Costa Branca

Rosângela de Moraes Freire

Assessora da Secretaria de Turismo de Guamaré

Chesma Alves Marinho

Representante do Município de Galinhos

Luiz Lucas Alves Júnior

Prefeito de São Bento do Norte

Sílvio Mendes Júnior

Gerente Executivo de Turismo do Município de Mossoró

Ilana Raissa Costa Câmara
Secretária Executiva de Turismo do Município de Porto do Mangue

José Hermógenes Araújo de Medeiros
Representante do Município de Pendências

Carlos Augusto P. da Silva
Representante do Município de Carnaubais

João Sabino de Moura
Presidente do Sindicato de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares

Antonio Jales de Miranda
ACIM – Associação Comercial e Industrial de Mossoró

Glauco Carvalho Coutinho
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Robson Lopes Matos
Representante do SEBRAE

Roberto Rangel Pereira
Chefe do Departamento de Turismo da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Maria Guilhermina Pacheco Cavalcante
Representante do IDEMA - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

José Rodrigues da Costa
Presidente da Cooperativa de Turismo – COOPTUR

Eliézio Bezerra da Silva
Representante do Banco do Nordeste do Brasil – BNB

Ludmilla Carvalho Serafim de Oliveira
Representante da UFERSA Pró-Reitora Substituta

Yeda Cunha de Medeiros Pereira
SPU – Secretaria do Patrimônio da União